

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ARIADNA SILVA FERREIRA

**REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DO TRABALHO ESCRAVO**

**CONTEMPORÂNEO:** Análise das formas de identificação de um grupo de educadores maranhenses junto à temática a partir da metodologia do programa

*Escravo, nem Pensar!.*

São Luís

2016

ARIADNA SILVA FERREIRA

**REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DO TRABALHO ESCRAVO**

**CONTEMPORÂNEO:** Análise das formas de identificação de um grupo de educadores maranhenses junto à temática a partir da metodologia do programa

*Escravo, nem Pensar!.*

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial e obrigatório, para obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia de Almeida Moura

São Luís

2016

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Ferreira, Ariadna.

REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DO TRABALHO ESCRAVO  
CONTEMPORÂNEO : Análise das formas de identificação de um  
grupo de educadores maranhenses junto à temática a partir  
da metodologia do programa Escravo, nem Pensar! / Ariadna  
Ferreira. - 2016.

78 f.

Orientador(a): Flávia de Almeida Moura.

Monografia (Graduação) - Curso de Comunicação Social -  
Relações Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São  
Luís, 2016.

1. Comunicação para a Mobilização Social. 2. Fatores  
de Identificação. 3. Representações. 4. Trabalho Escravo  
Contemporâneo. I. Moura, Flávia de Almeida. II. Título.

ARIADNA SILVA FERREIRA

**REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DO TRABALHO ESCRAVO**

**CONTEMPORÂNEO:** Análise das formas de identificação de um grupo de educadores maranhenses junto à temática a partir da metodologia do programa

*Escravo, nem Pensar!.*

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial e obrigatório, para obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas.

Aprovada em / /

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Flávia de Almeida Moura (Orientadora)**  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

---

Prof. Dr. Esnél José Fagundes – UFMA

---

Prof. Dr. Protásio César dos Santos – UFMA

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me cuidou, que me fez forte quando eu, cansada, pensava em desistir de tantas coisas que me trouxeram até aqui. Agradeço a Ele que, quando inúmeras vezes o meu pessimismo me fazia cega diante do seu amor, Ele se mostrava a mim nos outros: no gesto de uma criança, nas palavras de um amigo, nas atitudes de um desconhecido... Obrigada, meu grande Pai, por nunca esquecer dessa filha que se dirige a Ti, em certos momentos, com tanta ingratidão!

Agradeço aos meus pais, Maria Salete e Altamiro Carrilio, por terem me ensinado a tudo encarar com responsabilidade. O que eu sou e o que tenho construído, devo muito a vocês. Agradeço, também, aos meus irmãos Andréia, Andreazo, Adriana, Félix, Fran e Cici. Sempre contei com o apoio, o carinho e o respeito de vocês, e tudo isso foi o que me fez e me faz forte. Vocês sabem o quanto os amo, os estimo e, principalmente, o quanto torço pela vitória de cada um de vocês.

Agradeço, ainda, de maneira especial, ao companheiro que escolhi para construir uma família. A ti que, pacientemente, me ouviu tantas vezes falar dessa pesquisa, que me ajudou a normalizar esse trabalho, que me fez companhia nas tantas madrugadas que adentrei na escrita dessa monografia e a quem eu guardo enorme “inveja” pela constante e inabalável confiança no melhor. Obrigada, meu amado Edson Bruno!

Agradeço a minha paciente orientadora, Flávia Moura, que além de ser ótima professora é, pra mim, exemplo de simplicidade e força. Obrigada por ter aceitado tão prontamente orientar esse trabalho, mesmo quando por algum tempo eu estive afastada da UFMA e do grupo de pesquisa.

Agradeço aos docentes do curso de Comunicação Social da UFMA, em especial, aos professores Esnél e Silvio Rogério que muito me ajudaram e que, com tanto carinho me receberam no meu retorno, após ter trancado o curso por quase três anos. O gesto de vocês fez sentir-me querida.

Agradeço a minha grande amiga de curso (e também na vida) Sara, a Sarita, como costume chamar. Sei que ela deve estar chateada comigo, pois, mais uma vez, eu sumi. Mas não esqueço de ti, Sarita. Aprendi muitas coisas contigo e uma delas foi a ser mais tolerante. Tu me deste um presente inestimável, do qual eu sempre lembrarei. *Gracias*, Sarita!

Agradeço aos amigos Paiva e Ivo. Ao amigo Aronilson, o Mestre, que tantas vezes formatou o meu irremediável computador. Às colegas da Casa de Estudante, citadas aqui nominalmente: Deusamar, a mais sorridente e comilona de todas; Denise, minha colega de discussões sobre filosofia; Creusinha, a mãezona de todas; Talita, Deuzilene, Davilene e Daniele.

Agradeço aos colegas do grupo de Pesquisa Representações do Trabalho Escravo Contemporâneo a partir da Mídia pelas discussões teóricas e sugestões que muito contribuíram para a consecução desse trabalho.

Agradeço, por fim, à equipe do Escravo, nem Pensar pela significativa colaboração com essa composição monográfica, quando da disposição de materiais e cessão de tempo para entrevista; e aos educadores maranhenses formandos do *Escravo, nem Pensar!* que, em nenhum momento, negaram sua colaboração na coleta de dados para a pesquisa. A todos vocês, o meu muito obrigada!

## RESUMO

A presente composição monográfica objetiva analisar como as representações do trabalho escravo contemporâneo, disseminadas pelo programa *Escravo, nem Pensar!* (*ENP!*) em suas formações – que constam de diversos recursos (vídeos, livros, fascículos, interação face a face) –, constroem a identificação com o movimento de prevenção à temática junto a um grupo de educadores da rede estadual de ensino do Maranhão. Utilizou-se como principal estratégia metodológica a observação participante, que constou da participação da pesquisadora em dois processos de formação do *ENP!*, com aplicação de entrevista à coordenadora do programa e de questionários com perguntas abertas e fechadas junto ao grupo de educadores. Alicerçando as discussões no campo da comunicação comunitária, mais precisamente, nas discussões de Márcio Simeone Henriques (2007) sobre as estratégias de comunicação em projetos de mobilização social, intenciona-se perceber alguns aspectos dos fatores de identificação do *ENP!*, bem como, proceder a uma análise de seus públicos a partir dos vínculos. Ao final, considera-se à aliança entre comunicação e educação significativa relevância na prevenção ao trabalho escravo contemporâneo e a tantas outras mazelas que afetam a sociedade.

Palavras-chave: Comunicação para a Mobilização Social. Trabalho Escravo Contemporâneo. Fatores de Identificação. Representações.

## ABSTRACT

This monographic composition aim to analyze how the representations of the contemporary slave labor, disseminated by the *Escravo, nem Pensar! (ENP!)* program through their formations – that consists of several features (videos, books, fascicles, face to face interaction) –, build the identification with the movement to prevention in respect to the thematic with a group of educators of the Maranhão state learning network. The participant observation was used as main methodological strategy, which consisted in the participation of the researcher in two formation process of the *ENP!*, with application of interview to the program coordinator and questionnaire with open and closed questions to the group of educators. Basing the discussions in the field of community communication, more precisely, the Márcio Simeone Henriques (2007) discussions on communication strategies in social mobilization projects, this work intends to perceive some aspects of the *ENP!*'s identification factors, as well as conduct a review of its public from the bonds. Finally, the alliance between communication and education is considered as significant relevance in preventing the contemporary slave labor and many other ills that affect the society.

Keywords: Communication for Social Mobilization. Contemporary Slave Labor. Identification Factors. Representations.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	-	Página inicial do sítio do <i>ENP!</i> .....	32
Foto 1	-	Formação <i>ENP!</i> realizada de 22 a 25 de setembro de 2015 em São Luís – MA.....	34
Foto 2	-	Apresentação Cultural do Concurso Trabalho Escravo Hoje no Brasil, ocorrido em 2007, na cidade de Xinguara – PA.....	34
Figura 2	-	Publicações do <i>ENP!</i> .....	36
Figura 3	-	Produções de áudio e vídeo do <i>ENP!</i> .....	37
Figura 4	-	Formação dos entrevistados.....	47
Figura 5	-	Por intermédio de qual ou de quais canais conheceram o tema do trabalho escravo?.....	47
Figura 6	-	Materiais do <i>ENP!</i> que podem ser “melhor aproveitados” na multiplicação das formações.....	48
Figura 7	-	Vídeo reproduzido na formação do <i>ENP!</i> em São Luís.....	49
Figura 8	-	Dinâmica do Ciclo do Trabalho Escravo.....	51
Figura 9	-	Materiais utilizados pelos formandos na multiplicação da temática do trabalho escravo.....	52
Figura 10	-	Montagem de um personagem com o perfil do trabalhador escravo, “o Zé” .....	53

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDVDH/CB	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Coetrae	Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo
Conatrae	Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
<i>ENP!</i>	<i>Escravo, nem Pensar!</i>
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Fapema	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
MPT	Ministério Público do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
Sedihc	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania
Sedihpop	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular
Seduc	Secretaria de Estado da Educação
SRTE	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
URE	Unidade Regional de Educação

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
2	<b>O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E O PROGRAMA ESCRAVO, NEM PENSAR!</b> .....	15
2.1	CONHECENDO ALGUNS ATORES DA REDE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO.....	17
2.2	O PROGRAMA <i>ES CRAVO, NEM PENSAR!</i> .....	19
3	<b>IDENTIDADES E FATORES DE IDENTIFICAÇÃO EM PROJETOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL</b> .....	24
3.1	QUESTÕES DE IDENTIDADE.....	24
3.2	FATORES DE IDENTIFICAÇÃO E O PROGRAMA <i>ENP!</i> .....	29
4	<b>REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO:</b> Análise das formas de identificação de um grupo de educadores maranhenses junto à temática a partir da metodologia do programa <i>Escravo, nem Pensar!</i> .....	39
4.1	SOBRE A METODOLOGIA DA PESQUISA.....	39
4.2	A OFICINA DE FORMAÇÃO DO <i>ENP!</i> EM SÃO LUÍS .....	41
4.3	REPRESENTAÇÕES E AS METODOLOGIAS UTILIZADAS PELO <i>ENP!</i> .....	43
4.4	ANÁLISE DA PESQUISA: A IDENTIFICAÇÃO COM A TEMÁTICA DO TRABALHO ESCRAVO.....	45
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	55
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	58
	<b>APÊNDICES</b> .....	62
	APÊNDICE A – ENTREVISTA COM COORDENADORES DO <i>ENP!</i> .....	63
	APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	73
	APÊNDICE C – TABULAÇÃO/INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.	77

## 1 INTRODUÇÃO

Falar de trabalho escravo não é tarefa das mais simples. Além de se tratar de um tema, significativamente, complexo, ainda carrega, para uma parcela da população, o *status* de encerrado, de cessado, de problema resolvido. Em levantamento<sup>1</sup> publicado em janeiro de 2016, no dia 28, Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, ficou claro que muitas ainda devem ser as ações empreendidas no sentido de informar as pessoas sobre o que é o trabalho escravo em suas formas modernas, pois dos 70% dos entrevistados que responderam acreditar que ainda existe trabalho escravo no Brasil, apenas 8% e 1% consideram condições degradantes e jornada exaustiva<sup>2</sup>, respectivamente, trabalho escravo; e entre os que disseram que esse problema não existe mais, 60% afirmaram não saber do que se trata. A pesquisa revela, portanto, que o trabalho de informação precisa avançar, pois o brasileiro não tem consciência do que é o trabalho escravo e, além disso, esse trabalho de informação precisa ser ainda mais estimulado entre os mais jovens e os mais velhos, entre os de baixa renda e entre os que possuem menor grau de instrução – grupos que demonstraram menor conhecimento sobre a existência do problema. Essa pesquisa só reforça a relevância e a necessidade de ampliação de programas como o *Escravo, nem Pensar!*, objeto de estudo dessa monografia, e de importante atuação na disseminação de informação e conhecimento acerca da problemática do trabalho escravo contemporâneo.

O Brasil é considerado, hoje, referência no combate ao trabalho escravo, já tendo sido resgatados pelas equipes de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego cerca de cinquenta mil trabalhadores nos últimos vinte anos. O Maranhão apresenta alto índice de trabalho escravo, sendo o estado que mais fornece trabalhadores para serem explorados em outras partes do país<sup>3</sup> além de estar entre os cinco estados brasileiros onde mais foram libertados trabalhadores entre os anos de 1995 e 2014<sup>4</sup>. Esses números já explicam muito o porquê da necessidade e da importância da atuação do *Escravo, nem Pensar!* em solo maranhense.

---

<sup>1</sup> Pesquisa Ipsos a respeito do nível de consciência da população brasileira sobre trabalho escravo. A mesma foi publicada em janeiro de 2016 durante a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, com realização da Conatrae e apoio do MPT.

<sup>2</sup> Condições degradantes e jornada exaustiva são elementos caracterizadores do trabalho escravo previstos no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro.

<sup>3</sup> Fonte: Comissão Pastoral da Terra

<sup>4</sup> Dado do Ministério do Trabalho e Emprego sistematizado pela Repórter Brasil.

A pesquisa apresentada nessa composição monográfica pretende flagrar o trabalho do programa em sua missão de difundir informações acerca do trabalho escravo nos lugares onde são recorrentes os registros de aliciamento, instigando ações de prevenção a esses crimes. O programa existe há mais dez anos, tem atuação reconhecida pela Organização Internacional do Trabalho e tem se tornado política pública das esferas municipal, estadual e nacional<sup>5</sup>. No decorrer desses anos, tornou-se referência na produção de fascículos, livros, vídeos, jogos digitais, sendo esses os materiais que muito utiliza em sua tarefa de impulsionar o engajamento de grupos e comunidades na luta contra o trabalho escravo. A pesquisa procurou debruçar-se sobre alguns desses materiais, que são os mesmos utilizados nas oficinas, e saber se o público participante se identifica com eles e como.

A monografia está organizada em três capítulos, divididos cada um em dois ou quatro intertítulos: o primeiro capítulo apresenta, de maneira geral, o trabalho escravo. Dá-se a definição ao crime, relata-se um pouco da história dos atores da rede de combate ao trabalho escravo no Brasil, destacando o pioneirismo da Comissão Pastoral da Terra e falando, muito brevemente, dos trabalhos do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán e da ONG Repórter Brasil. Ainda nesse capítulo, é apresentado o programa *Escravo, nem Pensar!*, seu nascimento, sua missão e as atividades desenvolvidas no estado do Maranhão, inclusive, já relatando a experiência da oficina de formação com os educadores maranhenses, ocorrida em setembro de 2015. Nesse mesmo capítulo, já se principia a abordagem sobre as estratégias de comunicação em projetos de mobilização social.

No segundo capítulo, inicia-se a discussão teórica-metodológica que abre as portas ao problema da pesquisa, o qual procura compreender como os públicos das formações se identificam com as representações do trabalho escravo contemporâneo disseminadas pelo *Escravo, nem Pensar!*. Primeiro, são explanados alguns conceitos de identidade a partir dos estudos dos teóricos Stuart Hall (2006) e Manuel Castells (1998). Posteriormente, são trazidas ao cenário da pesquisa as ideias do professor Márcio Simeone Henriques (2007), as quais incluem uma nova proposta de classificação dos públicos – que não a tradicional em internos, externos e mistos – e um estudo dos fatores de identificação em projetos de mobilização social.

O terceiro e último capítulo tem início com o relato da experiência da

---

<sup>5</sup> O ENP! está previsto como meta nas ações de prevenção do II Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo.

pesquisadora na oficina de formação do *Escravo, nem Pensar!* em São Luís. Foram dois os momentos de experiência. Na primeira, foram acompanhados os quatro dias de formação ministrados pela equipe do programa em setembro de 2015. O segundo, já foi a oportunidade de participar de um momento de multiplicação, no qual educadores e técnicos da Secretaria de Estado da Educação replicaram os conhecimentos obtidos na formação para os professores da rede estadual de ensino de São Luís. Essa oficina de multiplicação ocorreu no intervalo dos dias 15 e 16 de março de 2016. Ainda no terceiro capítulo, traz-se novamente à arena da pesquisa os estudos de Stuart Hall (2003, 2007, 2010), agora para falar de representações e identificação. E fechando essa última parte, analisa-se os dados obtidos a partir dos instrumentos de pesquisa aplicados, na tentativa de conversá-los com as teorias de Hall.

A oportunidade de realização desse trabalho revelou-se rico espaço de destaque a empreendimentos de comunicação na área social, que têm se mostrado eficientes, que têm mostrado que é possível prevenir informando, sensibilizando para o problema dado.

A sociedade civil organizada não substitui o Estado no seu papel de garantir segurança e melhoria das condições de vida e bem estar da população, mas pode e deve pressioná-lo nesse sentido. Os avanços obtidos desde 1995, ano em que o governo brasileiro assumiu a existência de trabalho escravo no país, foram, em grande parte, resultado da luta incansável de grupos de mobilizados dos direitos humanos. E há quem diga que o primeiro passo para dar fim a um problema é concentrar esforços não somente no ataque, mas na prevenção. É mítico acreditar que se tenha uma receita pronta e que dê fim a um problema que envolve um emaranhado de fatores, desde questões econômicas – a má distribuição de renda e/ou a adoção de modelo econômico excludente, com o conseqüente alastramento da miséria – até à fragilidade nos mecanismos de repressão (a impunidade); mas é certo que não se prescinde de políticas públicas que atuem nas áreas da prevenção (difundindo informações sobre o problema), da repressão (potencializando as ações de fiscalização das equipes do Ministério do Trabalho e aplicando devida pena aos culpados) e da inserção (viabilizando o acesso à terra, incluindo resgatados em programas de geração de trabalho e renda e os orientando quanto aos seus direitos etc.).

A comunicação, em cumprimento ao seu papel social, é e deve ser importante instrumento no combate ao trabalho escravo contemporâneo. Sua atuação

nesse sentido pode ser dar em ações macros e mais flagrantes, como as que ocorrem em instâncias midiáticas e que tornam públicas as indignas situações de trabalho escravo, e em ações mais focais (em termo de alcance), como aquelas que fazem uso da micro comunicação, de uma comunicação mais dirigida, a exemplo da interação face a face, que pode até não tornar público um assunto, mas também informa, dissemina, aproxima. Essa tem se prestado a ser uma das principais ferramentas de comunicação do *ENPI*.

A prevenção perpassa, inicialmente, pelo conhecer, pelo estar e/ou ficar ciente. Não há como convocar mobilizados a lutar por uma causa que desconhecem, a enfrentar um problema que nem mesmo sabem o que é. Então, que se comece pelo princípio: dizendo aos brasileiros que o trabalho escravo persiste e a maneira como ele se configura hodiernamente.

## **2 O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E O PROGRAMA *ES CRAVO, NEM PENSAR!***

É possível que muitas pessoas ainda fiquem surpresas ao ouvirem falar de trabalho escravo ou trabalho degradante. Algumas até questionam a sua existência. No Brasil, são chamadas de trabalho escravo contemporâneo<sup>6</sup> situações de trabalho forçado ou/e jornada exaustiva; em que haja degradantes condições ou mesmo a existência de servidão por dívida. Fala-se, ainda, que o trabalho escravo é datado no Brasil. Assim é dito, porque numa época em que não mais se falava em escravos nesse país, um bispo da prelazia de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, Dom Pedro Casaldáliga, escreveu uma carta na qual denunciava conflitos latifundiários e situações de trabalho degradante naquelas terras. Essa carta foi escrita no dia 10 de outubro de 1971 e, a partir de então, a Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>7</sup> empreita os trabalhos de denúncia à escravidão contemporânea.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estima-se que 12,3 milhões de pessoas estejam em situação de trabalho escravo e que, desse número, 1,3 milhão concentre-se na América Latina. No Brasil, como antes mencionado, é a CPT a responsável pelas primeiras denúncias, mas a institucionalização do tema, com o reconhecimento formal por parte do governo no sentido de assumir a existência do trabalho degradante em território brasileiro, com vistas à promoção de políticas de combate ao mesmo crime, veio já bem tardiamente, em 1995, no mandato do então presidente, Fernando Henrique Cardoso, após o país ter sido processado pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

De acordo com dados da CPT, no Brasil são escravizados cerca de 25 mil

---

<sup>6</sup> Utilizamos de maneira indiscriminada os termos Trabalho Escravo Contemporâneo, Trabalho Degradante, Trabalho Escravo (em outros momentos, poderemos ainda utilizar expressões como trabalho análogo à escravidão, escravidão moderna), mas em todos eles fazemos referência à definição contida no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro: Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto; em alguns casos, fazendo uso, ainda, de vigilância armada. Não nos interessa, no presente trabalho, analisar as diferentes terminologias; fazemos o uso indiscriminado mais por questões de coesão, para evitar repetições de vocábulos e expressões no texto.

<sup>7</sup>A CPT é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e responsável por receber e encaminhar denúncias de trabalhadores. A CPT produz, regularmente, estatísticas sobre a dimensão do Trabalho Degradante no país e coordena, desde 1997, a Campanha Nacional de Combate e Prevenção ao Trabalho Escravo.

trabalhadores<sup>8</sup> (rurais) ao ano. Tradicionalmente, o trabalho degradante tem sido encontrado nas zonas rurais e entre as principais atividades empregadoras estão a pecuária, os cultivos de cana-de-açúcar, a produção de carvão, mas nos últimos anos têm crescido os números do trabalho escravo em zonas urbanas, especialmente, na indústria têxtil e na construção civil. Com a atuação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel e do Grupo de Repressão ao Trabalho Forçado – compostos por equipes de auditores fiscais, procuradores do trabalho, policiais federais ou rodoviários federais – , desde 1995 até o ano de 2014, já foram libertados mais de 47 mil<sup>9</sup> trabalhadores em situação análoga à escravidão. É bem verdade que já foram obtidos avanços no combate a esse crime e a própria OIT os reconhece, mas muito falta a ser feito, principalmente, no que diz respeito à punição aos responsáveis.

O Maranhão figura entre os estados brasileiros com significativos índices de trabalho análogo ao escravo: é o principal emissor de migrantes que, posteriormente, acabam explorados como trabalhadores escravos, e também ocupa o quinto lugar no *ranking* estadual por número de trabalhadores libertados<sup>10</sup>.

Dentre as principais atividades econômicas flagradas com trabalho escravo estão a pecuária, a lavoura, o carvão, a construção e o desmatamento; dentre os municípios com maior número de casos registrados entre os anos de 2003 e 2014 estão Açailândia, Santa Luzia, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Itinga do Maranhão, Balsas e Buriticupu. E foi mediante esses números pouco animadores, que o Maranhão firmou, em 2011, o II Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo, uma atualização do primeiro, lançado em 2007. O Plano foi produzido pelo Grupo de Trabalho formado por membros da então Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc)<sup>11</sup> e da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae). A Coetrae, instituída em março de 2007, é formada por órgãos públicos e por organizações da sociedade civil e tem como principal objetivo “garantir a intersetorialidade da elaboração e da execução de ações

---

<sup>8</sup> Informação presente na publicação Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI. Trata-se de um relatório completo sobre a situação do trabalho escravo moderno no país. A publicação é de 2006 e representa um esforço conjunto do Escritório da Organização Internacional do Trabalho e de especialistas no tema.

<sup>9</sup> Presente em: <http://www.escravonempensar.org.br/sobre-o-projeto/o-trabalho-escravo-no-brasil/>.

<sup>10</sup> Ver em Caderno do Educador: Formação de gestores da rede estadual de ensino do Maranhão sobre o tema do trabalho escravo e assuntos correlatos. Setembro de 2015. Página 09. Realização: Escravo, nem Pensar!, Repórter Brasil e Secretaria de Educação do Governo do Maranhão.

<sup>11</sup> Atualmente, a Sedihc tornou-se a Sedihipop (Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular).

que visem ao combate do trabalho escravo”<sup>12</sup>.

Nesse mesmo sentido, observa-se, não somente, iniciativas dos governos nacional e estadual no combate ao trabalho escravo, mas também os flagrantes esforços de organizações da sociedade civil, a exemplo do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán (CDVDH/CB), com sede em Açailândia e atuação desde 1996; da já aqui citada CPT, que coordena desde 1997 a campanha de combate e prevenção ao trabalho degradante, De olho aberto para não virar escravo, e da ONG<sup>13</sup> Repórter Brasil, fundada em 2001 e com atividades em quatro eixos principais: jornalismo social, projetos de educação e comunicação, combate à escravidão e pesquisa sobre agrocombustível. No próximo item, tratar-se-á, muito brevemente, de cada uma dessas instituições.

## 2.1 CONHECENDO ALGUNS ATORES DA REDE<sup>14</sup> DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

No Brasil, existe uma rede de denúncia ao trabalho escravo com flagrante atuação de alguns atores. Alguns realizam ações não somente no âmbito nacional, mas no internacional, a exemplo da OIT. Outros, ainda, atuam em todas as regiões do país, conforme os índices de trabalho escravo em cada uma delas, como é o caso da Repórter Brasil; e temos os que fazem o trabalho mais corpo a corpo, que mantêm contato direto com o trabalhador, recebendo e encaminhando suas denúncias aos órgãos competentes: é o que fazem a CPT e o CDVDH/CB. Nesse momento, saber-se-á um pouco mais sobre esses três últimos.

O CDVDH/CB é uma “instituição focada na defesa dos direitos humanos – como o próprio nome já anuncia – e propagação da cidadania com o escopo de atingir uma finalidade, tornar ciente o trabalhador para que não (re)caia em situações de trabalho análogo ao de escravo.” (MOURA, 2015, p. 83). Possui ações bem locais, apesar de que tem reconhecimento nacional e internacional e conta hoje com o apoio da OIT, da SRTE (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego), do MPT

---

<sup>12</sup> II Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo. Página 6. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/coetraes/wp-content/uploads/2014/08/Plano-Estadual-MA.pdf>.

<sup>13</sup> Organização Não Governamental

<sup>14</sup> O conceito de rede aqui adotado é o de Souza e Quandt (2008), no qual redes sociais são estruturas dinâmicas e complexas formadas por atores (indivíduos ou grupos de indivíduos) com valores e/ou objetivos em comum (que podem ser os mais diversos: políticos, culturais, econômicos, informacionais), interligadas de forma horizontal e, prevalentemente, descentralizada.

(Ministério Público do Trabalho) e do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). Fala-se que suas ações são locais porque, no tocante às situações de repressão, o atendimento é feito de maneira que o trabalhador dirige-se ao Centro, realiza sua denúncia referente a trabalho escravo ou a qualquer outra violação de direito e aquele que lhe atende preenche e encaminha um formulário aos órgãos competentes; esse serviço fica à cargo da assessoria jurídica. O CDVDH realiza, ainda, ações de prevenção, desenvolvendo atividades culturais e socioculturais, como a dança, a música, o teatro, a poesia, a capoeira, todas visando à formação política de seu público, composto principalmente por adolescentes e crianças; e ações de inserção que objetivam assistir as famílias dos trabalhadores – que, em sua maior parte, sofrem dificuldades no que diz respeito à saúde e à alimentação – e possibilitar o aprendizado, por parte dos egressos do trabalho escravo, de um novo ofício, de maneira a evitar uma possível reincidência.

A CPT, fundada em 1975, tem sua bandeira de luta no serviço à causa dos trabalhadores rurais e, acompanhando o homem do campo nos conflitos latifundiários, é pioneira na denúncia ao trabalho degradante, na defesa aos direitos humanos e cumpre importante papel de produzir relatórios estatísticos sobre os casos de trabalho escravo moderno no país. No estado do Maranhão, possui sede no município de Balsas.

A ONG Repórter Brasil é uma organização de comunicação e projetos sociais e tem por missão tornar públicas situações de desrespeito aos direitos humanos e trabalhistas ou que provoquem danos socioambientais. Tem se tornado, ao longo de quase 15 anos de trabalho, referência no combate e denúncia às formas contemporâneas de trabalho escravo (pautando a mídia nacional), e importante fonte de pesquisa sobre o mesmo tema, com produção jornalística, vídeos, pesquisas e metodologias educacionais. É membro da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), com atuação na elaboração do 2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, de 2008, e desenvolve desde 2004 o Programa *Escravo, nem Pensar! (ENP!)*, um híbrido de educação e comunicação que trabalha na formação de agentes em direitos humanos e prevenção ao trabalho escravo nos municípios onde há grande incidência do problema, em especial, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O esforço de pesquisa ora apresentado nessa composição monográfica, debruçar-se-á sobre as ações do *ENP!*. Para tanto, será tomado como escopo um grupo composto por cerca de 40 educadores da rede estadual de ensino

do Maranhão, representantes das Unidades Regionais de Educação (UREs) de Açailândia, Balsas, Codó, Imperatriz, Santa Inês, São João dos Patos e São Luís, que passaram, em setembro de 2015, por uma formação do *ENP!*. A seguir, serão apresentados a história do *ENP!*, os princípios do programa e um breve relato de sua trajetória e atuação no estado.

## 2.2 O PROGRAMA *ESCRAVO, NEM PENSAR!*

O contato da pesquisadora/discente com o tema do trabalho escravo moderno adveio da participação no projeto de pesquisa “Vozes da Esperança: estratégias de comunicação em redes de aliciamento e denúncia no contexto do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão (2010-2012)”<sup>15</sup> do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), coordenado pela professora doutora Flávia de Almeida Moura, que é também orientadora desse trabalho monográfico. Nas atividades de revisão bibliográfica, houve a identificação de uma rede de denúncia/combate ao trabalho escravo que envolve três movimentos já citados em outros momentos, a saber: a CPT, o CDVDH/CB e a ONG Repórter Brasil.

Despertou interesse a atuação, no interior da Repórter Brasil, do programa *ENP!*, coordenado atualmente pela jornalista Natália Suzuki e pelo historiador Tiago Casteli. O programa foi fundado em 2004, numa parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em resposta às demandas do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em 2003, no governo do então presidente, Luís Inácio Lula da Silva. No 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, de 2008, o *ENP!* foi incluído como meta<sup>16</sup>.

O *ENP!* objetiva propagar o conhecimento acerca do trabalho escravo, como forma de prevenir e combater esse crime; sua missão inclui reduzir o número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo e submetidos a condições

---

<sup>15</sup> Atualmente, a discente compõe o grupo de pesquisadores do projeto Representações do trabalho escravo contemporâneo a partir da mídia: olhares de trabalhadores e do movimento social (2015-2017) do Departamento de Comunicação Social da UFMA, financiado pela Fapema (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão) e coordenado pela orientadora dessa monografia.

<sup>16</sup> Meta de número 41: Promover o desenvolvimento do programa “Escravo, nem Pensar!” de capacitação de professores e lideranças populares para o combate ao trabalho escravo, nos estados em que ele é ação do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo. (2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, p. 19, 2008).

análogas à escravidão nas zonas rural e urbana do território brasileiro, por meio da educação. Atua em comunidades vulneráveis a violações de direitos humanos, como o trabalho escravo e o tráfico de pessoas, formando professores e líderes comunitários para serem multiplicadores do conhecimento a tais violações. O programa possui uma metodologia própria, orientada por princípios que alicerçam todas as suas ações, realizando formações e oficinas, projetos comunitários, festivais e concursos. Buscando promover o engajamento de comunidades vulneráveis na luta contra o trabalho escravo, as formações e oficinas oferecidas são espaços de difusão do conhecimento acerca da problemática e de assuntos que lhes são correlatos, como a migração, a reforma agrária e o tráfico de pessoas.

O pesquisador e professor de Relações Públicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Márcio Simeone Henriques, que realiza esforços de pesquisa na área da comunicação em projetos de mobilização social<sup>17</sup>, diz que “a comunicação dirigida deve ser adotada cotidianamente pelos movimentos sociais” e que “ela tem por finalidade transmitir ou conduzir informações.” (HENRIQUES et al., 2007, p.19). Diz, ainda, que, “como estratégia de comunicação dirigida, a interação face a face retoma os contextos interativos de copresença, promovendo uma maior proximidade entre os indivíduos e possibilitando ações mais coesas.” (HENRIQUES et al., 2007, p.19). O *ENPI*, ao adotar uma metodologia inspirada na pedagogia, lança mão de recursos de uma comunicação dirigida, na qual, o que mais importa – pelo menos, em um primeiro contato com o público que tem com o programa um vínculo mais corpo a corpo, o público das formações (educadores e líderes comunitários) – é difundir informações, é divulgar a causa e a problemática que mobiliza o programa, pois bastante óbvia a assertiva de que para se engajarem as pessoas necessitam, antes de tudo, saber que tal problema existe e conhecê-lo; “precisam [as pessoas], no mínimo, de informações para se mobilizar [sic], mas, além disso, precisam compartilhar visões, emoções e conhecimentos sobre a realidade das coisas à sua volta, gerando a reflexão e o debate para a mudança.” (BRAGA; MAFRA, 2000 apud HENRIQUES et al., 2007, p. 22).

O *ENPI* não pretende apenas difundir informações, estatísticas ou

---

<sup>17</sup> Entendemos aqui por mobilização social a convocação de vontades, discursos e ações em torno de um propósito comum, de sentido público, que está orientado para a construção de um projeto futuro (TORO; WERNECK, 1996); ou, ainda, nas palavras de Henriques, “[...] a reunião de sujeitos que pretendem resolver problemas e transformar uma dada realidade, em relação a uma causa que possa ser considerada de interesse público” (HENRIQUES, 2005, p. 8).

conceitos acerca do trabalho escravo, sua metodologia anseia por tornar seus formandos multiplicadores desse conhecimento, de forma a serem também eles, braços na luta pela erradicação das formas modernas de trabalho escravo. Aqui, percebe-se, mais uma vez, outra característica funcional da comunicação em projetos de mobilização social de que fala Henriques (2007), a chamada **promoção da coletivização** (*grifos nossos*), a qual é fomentada pelo sentimento de que não se está sozinho na luta pela mudança e “distingue-se da simples divulgação porque há um compromisso com os resultados – espera-se que as pessoas não apenas tomem conhecimento da informação, mas incorporem-na de alguma forma, utilizem-na, compartilhem-na e tornem-se, elas próprias, fontes de novas informações.” (HENRIQUES et al., 2007, p.22).

No sítio do programa e em publicações disponibilizadas em formato digital e em versões impressas entregues nas formações, tem-se a preocupação em publicizar, em se fazer conhecer os princípios norteadores das ações e relações do programa. Também esses princípios muito se aproximam daqueles que devem ser próprios da comunicação em projetos de mobilização social: a valorização do conhecimento prévio, a autonomia dos indivíduos envolvidos, a criatividade e a participação, o dialogismo. A mobilização aqui referida pretende-se emancipatória, por isso mesmo norteada pelos princípios acima citados, pois objetiva constituir sujeitos capazes de interferir no mundo à sua volta e transformar a sua realidade.

Henriques (2007) diz que a comunicação adequada aos processos de mobilização social deve ser dialógica, libertadora e educativa. Ela é dialógica “na medida em que não é a transferência do saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores” (HENRIQUES et al., 2007, p. 25); “[é, ainda, dialógica] na medida em que defende uma causa de interesse mútuo, que deve ser compartilhada entre os sujeitos, comprometidos com um fim único, comum a todos.” (HENRIQUES et al., 2007, p. 27).

O ENPI em suas formações, seus festivais e suas publicações (das quais falar-se-á mais adiante) realiza esforços de comunicação alicerçados por esses mesmos princípios de que fala Henriques. O programa compreende que os públicos que recebem as formações (professores e líderes comunitários), até mesmo por viverem em regiões onde há significativa incidência de trabalho escravo, têm muito a contribuir e muito conhecem do trabalho escravo; o que pode acontecer é que estando tão próximos do problema, os sujeitos já o tenham naturalizado e a situação de

trabalho degradante passe despercebida. Nesse sentido é que o *ENP!* procura trabalhar a partir do que é conhecimento do público, de maneira a estimular a percepção e o despertar para coisas que estiveram sempre à sua volta; procura formar multiplicadores de uma causa, de uma luta, portanto, sujeitos mobilizados e mobilizadores, que, sensibilizados pela situação de violação de direitos desenvolvam, com autonomia, saídas condizentes com o seu contexto. Aqui, mais uma vez, percebe-se aproximações com o que diz Henriques (2007) quando aponta que a comunicação em projetos de mobilização social tende a ser libertadora e pedagógica; libertadora porque os sujeitos não procuram manipular um ao outro, mas problematizam juntos determinada realidade para explicá-la e/ou transformá-la; e pedagógica porque orienta os sujeitos em seu próprio espaço de interação, gerando referência para a mudança de atitudes e de mentalidades.

Além das formações, o programa oferece assessoria financeira e técnica para o desenvolvimento de projetos comunitários ou escolares que visem à prevenção às formas modernas de trabalho escravo. O apoio dá-se por meio de um fundo de participação e a escolha dos projetos contemplados dá-se por meio de edital. Os projetos são elaborados por educadores, líderes comunitários ou organizações da sociedade civil envolvidas com a pauta dos direitos humanos e organizam ações, tais como: pesquisas, eventos culturais, atividades escolares. O *ENP!* prepara, ainda, festivais e concursos nas esferas municipal e estadual, de maneira a divulgar o tema do trabalho escravo e a promover os projetos desenvolvidos pelas escolas ou comunidades.

Até 2015, o programa já chegou a 150 municípios de 10 estados brasileiros<sup>18</sup>, beneficiando cerca de quinhentas mil pessoas. O *ENP!* se especializou no desenvolvimento de materiais que abordam o tema do trabalho escravo e do tráfico de pessoas, publicando almanaques, livros, cartilhas, fascículos, jogos. Algumas dessas publicações são relatos das experiências nas comunidades, disponibilizadas gratuitamente, em formato digital e impresso. A publicação digital está acessível no sítio do programa, criado desde 2011.

---

<sup>18</sup> Essa informação foi retirada do Caderno do Educador da formação de educadores da rede de ensino do Maranhão, setembro de 2015. E em consulta ao sítio do *ENP!* ([www.escravonempensar.org.br](http://www.escravonempensar.org.br)) no dia 18 de outubro de 2015, verificamos serem os seguintes estados contemplados com as ações do programa: Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, São Paulo e Tocantins.

O *ENP!* já esteve por diversas vezes no Maranhão<sup>19</sup>, realizando oficinas, concursos de poesia, festivais e formações. Nos dias 22, 23, 24 e 25 de setembro de 2015, o programa esteve realizando sua primeira formação em nível estadual para um grupo de educadores da rede de ensino do estado<sup>20</sup>. Numa parceria firmada com a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) em maio de 2015, a formação consta de três encontros presenciais, intercalados dos acompanhamentos por parte da equipe do *ENP!* do Plano de Ação desenvolvido pelas UREs ainda no primeiro encontro. Mediante o cronograma de atividades, os próximos encontros serão em março e junho de 2016, quando correrá a sistematização e avaliação das ações desenvolvidas pelas respectivas Unidades Regionais. A formação foi oferecida para um grupo de cerca de 40 pessoas, incluindo gestores das nove UREs citadas anteriormente e técnicos da Seduc, os quais serão agentes multiplicadores do tema do trabalho escravo em diversas regiões maranhenses. Foram quatro dias, nos quais foram apresentados e discutidos, de maneira bastante didática, temas como a migração, o ciclo do trabalho escravo, reforma agrária; foram mostradas, ainda, as experiências educativas de prevenção ao trabalho escravo que já estão dando certo (e sendo aplicadas em escolas de municípios maranhenses) e as atividades dos grupos que compõem a rede de combate ao trabalho escravo no Maranhão, como os Centros de Defesa de Açailândia e de Santa Luzia e a CPT de Balsas. Ao final da formação, os gestores das UREs elaboraram um plano de ação a ser desenvolvido junto à equipe pedagógica e, posteriormente, junto aos educadores das escolas, visando fomentar o debate sobre as formas modernas do trabalho escravo em sala de aula.

Nessa formação, a pesquisadora pôde ter contato direto com a metodologia do *ENP!* e os materiais por ele utilizados na facilitação da abordagem do tema do trabalho escravo e pôde observar as formas como são representadas a problemática em questão pela equipe do programa. Nos capítulos seguintes, falar-se-á de identidade e de fatores de identificação em projetos de mobilização social, relacionando essa discussão às representações do trabalho escravo contemporâneo disseminadas pelo *ENP!*.

---

<sup>19</sup> Segundo informações constantes no link [www.escravonempensar.org.br/municipios-participantes/](http://www.escravonempensar.org.br/municipios-participantes/), participam do *ENP!* os municípios maranhenses de Açailândia, Balsas, Bom Jesus das Selvas, Codó, Dom Pedro, Feira Nova do Maranhão, Maracaçumé, Paraibano, Pastos Bons, Pindaré-Mirim, Riachão, Santa Luzia e São Luís.

<sup>20</sup> A autora teve a oportunidade de acompanhar essa formação – desenvolvendo uma observação participante – e, na oportunidade, o projeto de pesquisa da presente monografia foi apresentado.

### 3 IDENTIDADES E FATORES DE IDENTIFICAÇÃO EM PROJETOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

O capítulo que segue apresenta temas que iniciam o caminho metodológico traçado para chegar às discussões sobre representações. Começar-se-á por uma sucinta abordagem hermenêutica da ideia de Identidade, ancorada, sobretudo, nos estudos do jamaicano Stuart Hall (2006) e do espanhol Manuel Castells (1998). Ulteriormente, o empenho da pesquisadora será em realizar um mapeamento dos fatores de identificação do Programa *Escravo, nem Pensar!* a partir das fundamentações teóricas de Márcio Simeone Henriques (2001, 2005, 2007).

#### 3.1 QUESTÕES DE IDENTIDADE

O conceito de identidade é bastante pulverizado, apresentando diversos enfoques, tendo sido, historicamente, objeto de estudo de sociólogos, filósofos e psicólogos. Nesse sentido, não se pretende traçar aqui um percurso histórico das discussões sobre o tema, mas tão somente apresentar as ideias dos autores que interessam ao recorte temático da pesquisa.

Stuart Hall, na obra intitulada “A identidade Cultural na Pós Modernidade” (2006), destaca três concepções de identidade: a do sujeito do iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo era uma concepção de identidade bastante, nas palavras de Hall, individualista, que concebia o homem como indivíduo centrado, unificado, “cujo centro consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo.” (HALL, 2006, p. 10 a 11).

O sujeito sociológico, diferente do iluminista, retirava a autossuficiência do indivíduo, compreendendo a existência de um núcleo interior que longe de ser autônomo formar-se-ia na relação com pessoas que lhes seriam importantes e às quais caberiam a tarefa de mediar para o sujeito os costumes, os símbolos, os valores dos mundos que ele habitava. É essa uma noção de sujeito que já muito reflete a complexidade do mundo moderno. Aqui, já é possível flagrar um homem cultural, um sujeito que possui uma essência interior, mas que dialoga com o exterior, interagindo com outras identidades e culturas. É possível perceber, ainda, certa tendência à estabilidade, uma vez que, no diálogo com o exterior, o indivíduo reflete a si próprio

nos mundos culturais ao mesmo tempo em que internaliza seus sentidos e valores. “Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos, reciprocamente, mais unificados e predizíveis.” (HALL, 2006, p. 12).

É nesse ponto mesmo que reside o afastamento entre sujeito sociológico e sujeito pós-moderno: estabilidade. O sujeito da modernidade tardia, como é também chamado, não tem uma identidade unificada, pelo contrário, possui uma identidade mais fragmentada, fraturada; o correto seria, portanto, falar de um sujeito com identidades “que não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas, e posições que podem se cruzar ou serem antagônicos.” (HALL, 2013 apud MOURA, 2015, p. 64). O caráter da mudança na modernidade tardia (resultante, sobretudo, do fenômeno da globalização<sup>21</sup>) dá origem a um sujeito com um projeto de identidade cambiante, que em contextos diferentes assume identidades diferentes.

Em similar sentido, Castells (1998) assinala que um indivíduo (ou ator coletivo) pode ter uma diversidade de identidades e que essa mesma diversidade seria fonte de constantes tensões e conflitos, tanto no que diz respeito à representação que o sujeito faz de si mesmo como nas suas ações. Para o autor, a identidade é o processo de construção do sentido<sup>22</sup>a partir de um atributo cultural ou de um conjunto de atributos culturais. Quando de suas construções, as identidades utilizam elementos da história, da biologia, da geografia, das fantasias pessoais, da memória coletiva, dos aparatos de poder, que são processados pelos atores sociais e reordenados segundo os projetos culturais de sua estrutura social.

Interessa aqui destacar que, para o pesquisador espanhol, a construção das identidades dá-se em meio a contextos marcados por relações de poder, podendo ocorrer de três formas segundo suas origens: a primeira delas, a identidade

---

<sup>21</sup> “Como argumenta Anthony Mc Grew (1992), a ‘globalização’ se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. A globalização implica um movimento de distanciamento da ideia sociológica clássica da ‘sociedade’ como um sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço’ (Giddens, 1990, p. 64). Essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compressão de distâncias e de escalas temporais, estão entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito sobre as identidades culturais”. (HALL, 2006, p. 67 a 68).

<sup>22</sup> “Defino sentido como a identificação simbólica que realiza um ator social do objetivo de sua ação”. (CASTELLS, 1998, p. 29, *tradução nossa*).

“Defino sentido como la identificación simbólica que realiza un actor social del objetivo de su acción”. (CASTELLS, 1998, p. 29).

legitimadora é aquela que nasce nas instituições sociais de poder, que tentam, de alguma maneira, dominar os atores sociais; a identidade de resistência é aquela gerada pelos atores sociais que assumem atitudes e posições baseadas em princípios distintos ou opostos às instituições dominantes e, por último, tem-se a identidade de projeto, aquela que nasce quando os atores sociais redefinem sua posição na sociedade na busca pela transformação social.

Apresentadas as concepções acima sobre identidade, é possível e provável questionar-se a respeito da capacidade desse sujeito de identidades (ora até conflitantes) – que as assume conforme as situações e contextos que lhes são apresentados – de reunir-se em torno de um projeto ou causa comum. Braga, Silva e Mafra (2007) fizeram similar questionamento e, fundamentados nas ideias de Toro e Werneck, compreenderam que

[...] a participação na mobilização social não é excludente ou discriminatória, de forma que as identidades que as pessoas assumem em suas perspectivas individuais não as impedem de participar do processo mobilizatório, estabelecendo uma identidade coletiva. Em segundo lugar, o consenso necessário para a criação de uma identidade comum não implica a inexistência do conflito. As pessoas devem ser capazes de preservar suas diferenças e conviver com elas e, mesmo não estando de acordo entre si, sempre podem entrar em acordo sobre alguma coisa. Isso porque, por mais que as identidades estejam fragmentadas, existem alguns sentimentos e valores comuns, capazes de estimular a participação. (TORO; WERNECK, 1996 apud BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007, p. 78 a 79).

Castells (1998), em seus estudos, ainda reforça esse entendimento, quando fala da identidade de projeto. É essa identidade que se vê nascer quando pessoas incomodadas com determinada realidade assumem uma postura de contestação frente a mesma, promovendo ações de intervenção que culminem na mudança, na transformação social. O autor não diz que seja essa uma identidade de um grupo, ele fala sempre em atores sociais (portanto, em sujeitos), mas diz que esse tipo de identidade produz sujeitos que “são o ator social coletivo mediante o qual os indivíduos alcançam um sentido holístico em sua experiência.”<sup>23</sup> (CASTELLS, 1998, p.32, *tradução nossa*). Diferencia-se da identidade de resistência por esta culminar na formação de comunidades, de grupos de resistência, que assumem a posição daquele que está sempre na defensiva no que diz respeito às instituições e ideologias

---

<sup>23</sup> Son el actor social colectivo mediante el cual los individuos alcanzan un sentido holístico en su experiencia.

dominantes, reforçando as diferenças e as distâncias, enquanto invertem discursos e juízos de valor, a exemplo do nacionalismo étnico ou do fundamentalismo religioso. A identidade de projeto, como o próprio nome anuncia, “é um projeto de uma vida diferente.”<sup>24</sup> (CASTELLS, 1998, p. 32, *tradução nossa*); aqui, os atores sociais buscam redefinir suas posições na sociedade.

O *ENP!*, quando assume a missão de prevenir o trabalho escravo moderno, propondo e promovendo ações de educação e eventos culturais, busca uma identidade de projeto. A ideia, a finalidade última do programa é educar para a promoção do trabalho decente, do trabalho que dignifica o homem. A estratégia não é posicionar o trabalhador escravo como vítima, como “coitado”, o distanciando cada vez mais da ideia outra de trabalho como sendo princípio promotor da autonomia e da emancipação do homem, mas, antes de tudo, a proposta é informar, pôr em xeque os elementos que compõem um quadro característico de trabalho degradante e fomentar ações de prevenção e combate a essa prática. Nos locais de grande incidência do trabalho escravo, onde a economia gira muito em torno da produção agrícola e da pecuária, esses elementos<sup>25</sup> passam despercebidos, ocorre uma espécie de naturalização, é como admitir que o “trabalho rural é duro e, por isso, é assim”. Nesse sentido, o trabalho do *ENP!* é também sensibilizar e trazer à luz o fundamento primeiro do trabalho, inclusive do rural: o de acessão da dignidade humana.

A sensibilização perpassa aí, não tão somente, pelo ato de informar, mas de suscitar novos olhares sobre as formas de trabalho a que estão submetidos diversos trabalhadores rurícolas. Apostando no dialogismo, a interação face a face aparece como importante estratégia de comunicação, reforçando uma interlocução produtiva, objetivando a valoração do conhecimento prévio, ao mesmo tempo em que se derruba algumas vendas da naturalização.

O trabalho escravo só é percebido como um problema, quando se define os seus elementos, quando é apresentado de forma contextualizada na região

---

<sup>24</sup> [...] es un proyecto de una vida diferente.

<sup>25</sup> O trabalho escravo pode lesar dois direitos essenciais ao ser humano: a dignidade e a liberdade. Para que se configure como trabalho escravo ou a dignidade é negada, por meio de degradantes condições de trabalho ou o trabalhador tem sua liberdade cerceada pela servidão por dívida ou por outros artifícios que impedem/dificultam sua saída do local de trabalho. São alguns dos elementos que caracterizam o trabalho escravo moderno: alojamento precário, falta de assistência médica, péssima alimentação, falta de saneamento básico e de higiene, maus-tratos e violência, ameaças físicas e psicológicas, jornada exaustiva, dívida ilegal, isolamento geográfico, retenção de documento, retenção de salário, encarceramento, trabalho forçado. A configuração do crime dá-se na constatação de um conjunto dessas irregularidades e não apenas por uma.

em que vive e após a discussão de outros fenômenos conectados a ele, como as suas causas e consequências. É diante desse panorama, que o indivíduo percebe o trabalho escravo não como algo exógeno e estranho a sua realidade, mas um elemento sintomático de uma relação de produção disfuncional, colado surpreendentemente em seu contexto, representado pela relação de trabalho a que serviram muitas vezes seus pais, seus irmãos e seu vizinho ou mesmo o seu aluno. (REPÓRTER BRASIL, Metodologia *Escravo, nem Pensar!*, p. 28).

Constituindo uma identidade de projeto firmada, ainda, nos princípios da mobilização e da autonomia dos indivíduos, objetiva-se romper com antigas relações do tipo tutores/tutelados e formar agentes em direitos humanos que serão também mobilizadores na prevenção e no combate às formas contemporâneas de trabalho escravo. Ao trabalho devem ser atribuídos significados outros que não o de sujeição, de humilhação, de privação da liberdade, de anulação da dignidade.

[...] o nosso verdadeiro objetivo é que o *Escravo, nem Pensar!*, no futuro, não precise mais existir, porque a ideia é justamente a quebra de relações paternalistas e de tutela, já que esses indivíduos permanecem no local onde ocorreram as formações, são eles que têm o laço social estabelecido naquele contexto. (REPÓRTER BRASIL, Metodologia *Escravo, nem Pensar!*, p. 30).

Confluir sujeitos da modernidade tardia em torno de interesses comuns pressupõe, ainda, para os movimentos sociais “a necessidade de explicitar seus propósitos sob a forma de um horizonte atrativo, um imaginário convocador que sintetize de forma atraente e válida as metas que se almeja alcançar.” (BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007, p. 81).

Para Henriques (2005), as lutas sociais incluem também uma luta por visibilidade, não tão somente porque os projetos de mobilização social necessitam de adesão ou mesmo precisam firmar e manter vínculos de confiança e corresponsabilidade e, pra isso, tenham que competir entre si, mas também, porque urge o tempo todo posicionar-se em torno da (s) causa (s) defendida (s) na constante busca pela legitimação institucional. Nesse sentido, faz-se necessário investir numa comunicação que articule/harmonize produção simbólica e valores, de maneira a gerar vínculos, a aproximar, a promover o reconhecimento do projeto por parte do público. A esses símbolos, Henriques (2001) e Braga, Silva e Mafra (2007) chamaram fatores de identificação. No intertítulo que segue, conhecer-se-á, com mais detalhes, o assunto.

### 3.2 FATORES DE IDENTIFICAÇÃO E O PROGRAMA *ENP!*

Partindo da assertiva de que o *ENP!* possui uma identidade de projeto<sup>26</sup>, pode-se também afirmar tratar-se de um movimento essencialmente propositivo, mas também, com flagrantes características de contestador e solidarístico.

[...] existem três tipos de movimentos sociais: os movimentos de denúncia, protesto, explicitação de conflitos e oposições organizadas – *contestadores*; os movimentos de cooperação, parcerias para a resolução de problemas e ações de solidariedade – *solidarísticos*; e os que buscam a construção de uma utopia de transformação, com a criação de projetos alternativos e de propostas de mudança – *propositivos*. (SHERER-WARREN, 1999 apud BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007, p. 62 a 63, *grifos do autor*).

O *ENP!* é contestador porque denuncia e repudia qualquer forma de exploração degradante do trabalhador, que viole a liberdade e/ou anule a dignidade humana. É solidarístico em relação à nação brasileira como um todo, uma vez que, pretende prevenir, reduzir ou mesmo acabar com um problema social (a relação trabalhista – patrão e empregado – viciada) que afeta a vida de vários trabalhadores brasileiros (do campo e da cidade) e, por consequência, de suas famílias; é solidarístico, ainda, porque trabalha em parceria com órgãos de representação do Estado (secretarias de estado, prefeituras); e é propositivo porque pretende sensibilizar para o fim da naturalização do problema, reeducando o olhar para perceber o vício, de forma a engendrar atitudes, não tão somente de combate, mas de reconhecimento (no sentido de perceber como tal, de caracterizar) do trabalho degradante, que é também um crime.

A comunicação e, mais especificamente, as relações públicas compreendem a fundamental importância do mapeamento dos públicos<sup>27</sup>, quando da proposição de estratégias de comunicação que visem à formação de vínculos<sup>28</sup>. Entendendo isso, Henriques, Braga e Mafra (2007) propõem um modelo de tratamento e estudo dos públicos, próprio dos movimentos sociais. Os três pesquisadores

<sup>26</sup> O porquê dessa assertiva é explicitado no item anterior, **Questões de identidade**.

<sup>27</sup> Nesse trabalho, adotamos o conceito de público da pesquisadora Cicilia Peruzzo, que o define como sendo “um segmento identificado pela proximidade de competências e de interesses entre seus componentes, que manifesta comportamento coletivo e consciência dos seus atos [...]” (PERUZZO, 2008).

<sup>28</sup> É o que almejam os projetos de mobilização social: que mais e mais pessoas se juntem à causa, ao projeto de transformação social; que mais e mais sujeitos formem um elo, um vínculo forte de corresponsabilidade com os objetivos do movimento.

concluíram que o modelo<sup>29</sup> amplamente aceito e há muito legitimado pela academia e pelos profissionais, não seria o mais adequado aos projetos de mobilização social. Nos movimentos sociais, o que mais interessa é o vínculo que se estabelece com os públicos (se em menor ou maior grau, se suficiente ou não para gerar ações de corresponsabilidade). Nesse sentido, propôs-se uma classificação dos públicos a partir dos vínculos<sup>30</sup>, a saber: Beneficiados, Legitimadores e Geradores. Segundo os autores, “o público beneficiado é entendido como sendo todas as pessoas e instituições que podem ser localizadas dentro do âmbito espacial que o projeto delimita para sua atuação.” (BRAGA; HENRIQUES; MAFRA, 2007, p. 51). Já os legitimadores são considerados como aqueles que, estando no âmbito de atuação do projeto, não apenas se beneficiam com suas ações, mas também reconhecem-nas, e as julgam como sendo relevantes, podendo tornarem-se, a qualquer tempo, potenciais colaboradores. E os geradores são aqueles que, em nome do projeto, e de maneira efetiva (institucional ou não), organizam e realizam ações. Henriques, Braga e Mafra (2007) chamam a atenção ainda para um aspecto importante: na escala de vínculos, não há uma rígida separação entre os públicos e, “em princípio, é ideal que o trabalho de comunicação se oriente na direção de ampliar cada vez mais o número de legitimadores [...] e também que se amplie o bloco de geradores.” (BRAGA; HENRIQUES; MAFRA, 2007, p. 52).

Aplicando essa classificação aos públicos do *Escravo, nem Pensar!*, é possível (e coerente) dizer que o público das formações e oficinas (educadores, líderes comunitários) e todas as pessoas que são atingidas pelos eventos realizados (festivais, concursos de poesia e dança), mais os alunos que estabelecem contato com o conteúdo do trabalho escravo por intermédio de seus professores (formados nas oficinas do *ENPI*) e os parceiros (em sua maior parte, secretarias estaduais e municipais de educação), todos esses estão inclusos no grupo dos beneficiados.

---

<sup>29</sup> Trata-se da clássica divisão dos públicos em interno, externo e misto, que se baseia, em grande parte, nos critérios de proximidade física, no nível de relacionamento entre empresa e público e na existência de interesses em comum.

<sup>30</sup> Partindo do princípio de classificação dos públicos a partir dos vínculos, os beneficiados estariam no nível da localização espacial, uma vez que estão no espaço de atuação do projeto e são beneficiados com suas ações; os legitimadores são também beneficiados, mas estão num nível maior de vinculação (mais próximo do ideal, que seria o nível da corresponsabilidade), o nível do julgamento, uma vez que já têm informações suficientes sobre o projeto para formar uma ideia positiva sobre o mesmo, reconhecendo a importância da sua atuação; os geradores já estão no nível da ação, isto é, já são corresponsáveis pelas ações do projeto, mas nem por isso deixam de ser beneficiados (pois estão no espaço de atuação do projeto) e já foram (necessariamente) e ainda são legitimadores, pois atuando diretamente no projeto, não deixam de reconhecer a relevância das ações do mesmo.

Percebam que o vínculo que aí se estabelece (de maneira mais atenuante) é o espacial, pois o relacionamento com o projeto dá-se, basicamente, pelo fato desses indivíduos e/ou instituições estarem localizados no campo de ação do programa. Esses mesmos professores e líderes comunitários que foram formados pelo *ENP!* podem, a qualquer momento, tornarem-se legitimadores. Isso vai depender, em potencial, da comunicação, pois esses formandos precisarão de informações suficientes, de maneira a formar um julgamento positivo sobre o projeto. É interessante, ainda, atentar para o fato de que as formações e oficinas do *ENP!* pretendem mais: pretendem formar **agentes** em direitos humanos, em especial, nas temáticas do trabalho escravo e assuntos correlatos (*grifo nosso*), ou seja, na escala de vinculação, o ideal para o *ENP!* é que esses educadores e líderes comunitários cheguem à ação, tornando-se geradores, que os mesmos organizem e realizem as ações do projeto, formando outros educadores em agentes de direitos humanos, incluindo a temática do trabalho escravo em sua sala de aula e, quem sabe, até mesmo, propondo a inclusão do mesmo como tema transversal no Plano Político Pedagógico da escola ou elaborando junto aos discentes e/ou à comunidade os projetos comunitários para concorrerem aos editais do *ENP!*. Ainda no público de geradores, a nível institucional, está a equipe do programa, composta por dois coordenadores e uma educadora. O grande desafio, portanto, na dinâmica de suas estratégias de comunicação e educação, é tornar o público das formações, inicialmente, beneficiados, em legitimadores e/ou geradores. Na consecução desse objetivo, outro aspecto ganha evidente relevância: os fatores de identificação.

Segundo Braga, Silva e Mafra, “[...] fatores de identificação são quaisquer elementos que constituem o referencial simbólico da causa de um projeto de mobilização social, capazes de gerar sentimentos de reconhecimento, pertencimento e corresponsabilidade nos públicos do projeto.” (BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007, p. 82). Tais elementos tornam-se imprescindíveis à convocação de sujeitos para o compartilhamento das causas do movimento.

Os autores elencam tais fatores em três categorias distintas, a saber: fatores de publicização e coletivização, fatores litúrgicos e fatores de informação qualificada. Na primeira categoria, estão contemplados os elementos que, basicamente, compõem a identidade visual do movimento, que “sinalizam e organizam o projeto, em qualquer lugar onde se encontre, dando materialidade à causa e contribuindo em muito para a geração de uma imagem institucional perante

seus integrantes e perante a sociedade em geral.” (BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007, p. 87). Nessa categoria, estariam abrangidas as unidades visual e gráfica aplicadas às diversas peças (marcas, *slogans*); as bandeiras, os hinos. É importante perceber que os fatores de publicização pretendem, como o próprio nome já anuncia, publicizar o projeto, torná-lo visível, conhecido e reconhecido de maneira instantânea, isto é, que ele seja percebido tão somente, mesmo que as pessoas nem saibam de maneira mais consistente e detalhada o que ele faz ou a que se propõe.

O *ENP!*, com mais de 10 anos de estrada, já tem uma identidade visual definida e inspirada nos princípios do programa. Essa identidade é amplamente divulgada no sítio ([www.escravonempensar.org.br](http://www.escravonempensar.org.br)), criado em 2011, e nos materiais produzidos (cartilhas, livros, almanaques, cadernos, fascículos – de distribuição gratuita)<sup>31</sup> e nas pastas e *banners* que são entregues aos participantes das formações.

**Figura 1 – Página inicial do sítio do *ENP!***

Fonte: [www.escravonempensar.org.br](http://www.escravonempensar.org.br)

Como pode ser visto na figura acima, no canto superior esquerdo está a logomarca do programa. Essa logomarca e as cores da mesma (azul e laranja) estão presentes na maior parte dos produtos do programa, inclusive, são as mesmas cores

<sup>31</sup> Todo o material produzido é também disponibilizado em formato digital, sendo autorizada sua reprodução na íntegra, contanto que seja citada a fonte.

padrão do leiaute da página na *internet*. A logo, como importante elemento de comunicação e de publicização do programa, cumpre o papel de tornar fácil a lembrança e a memorização por parte dos públicos e da sociedade em geral.

Os fatores litúrgicos dizem respeito às ações de comunicação que possibilitam a congregação dos indivíduos públicos do projeto, a comunhão de valores e a reconção de rituais próprios do movimento. “Ações coletivas, passeatas, congressos, reuniões periódicas, dentre outros que congregam e reúnem as pessoas para comunhão de algo maior, organizados a partir de ritualísticas, podem ser caracterizados como fatores litúrgicos.” (BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007, p. 87). Mafra (2007) apud Peruzzo (2008) vai dizer, ainda, que tais eventos promotores do encontro entre as pessoas (passeatas, congressos, festivais) reforçam os vínculos por meio do emocional e do lúdico, aproximando essas estratégias do campo mais específico das Relações Públicas.

[...] as relações públicas podem constituir estratégias aproximativas, no intuito de estabelecer momentos de cerimônia e/ou de divertimento, de forma a tentar transcender relações de contemplação, por meio do estímulo a um envolvimento mais livre, dos sujeitos, por convivialidade. A vinculação dessas ações com a cultura do contexto em que os públicos se inserem parece também ser fundamental, especialmente no aproveitamento de elementos já aglutinadores dos sujeitos em seus quadros de interação. Gincanas, festas populares, danças, momentos de encontro se caracterizariam, portanto, como possibilidades estratégicas de estabelecer vínculos de convivialidade entre os públicos, mobilizando atributos afetivos e sentimentais. (MAFRA, 2007 apud PERUZZO, 2008, p. 14)

O *ENP!* possui fatores litúrgicos já consolidados. Suas formações e oficinas, seus festivais, concursos de dança e poesia, tudo isso compõe os fatores litúrgicos do movimento. Todos esses são momentos de encontro entre seus públicos em potencial, que reunidos e em convivência, possibilitam maior comunhão dos valores, princípios e posturas do movimento.

**Foto 1 – Formação *ENP!* realizada de 22 a 25 de setembro de 2015 em São Luís – MA.**



Fonte: foto tirada pela autora na formação do *ENP!* em São Luís

**Foto 2 – Apresentação Cultural do Concurso Trabalho Escravo Hoje no Brasil, ocorrido em 2007, na cidade de Xinguara – PA.**



Fonte: [www.escravonempensar.org.br](http://www.escravonempensar.org.br)

Os fatores de informação qualificada, segundo Braga, Silva e Mafra (2007) e Henriques (2005) são quaisquer tipos de informação produzida pelo movimento, que possibilite a conveniente circulação dos conhecimentos entre os indivíduos públicos do projeto. A informação qualificada é, ainda, aquela que “informa e orienta de modo

prático, que permite aos sujeitos saber o que fazer e como se posicionar dentro do movimento/projeto.” (HENRIQUES, 2005, p. 10). Não se trata de uma fala especializada, mas de informações que devem estar adequadas aos contextos da comunidade, de maneira a estimular e fomentar a prática criadora e a atitude emancipada/emancipativa diante do processo de transformação da realidade.

São informações de caráter mais pedagógico e técnico, que indicam como cada ator social pode atuar com base em seu cotidiano e seu campo de conhecimento. A mudança cultural existe porque a informação qualificada é capaz de estimular a presença curiosa do sujeito em face do mundo e sua ação transformadora sobre a realidade, uma vez que o sujeito apreende o conhecimento, reinventa-o e o aplica às suas situações existenciais concretas. (BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007, p. 88).

Esse caráter pedagógico da comunicação é, ainda, aquele que foge à educação bancária e, em oposição, objetiva alicerçar suas bases numa concepção libertadora do educar/aprender: uma comunicação engajada com a comunidade/grupo onde está inserida, preocupada em produzir informações úteis à aprendizagem coletiva do movimento, de maneira a permitir a constante reelaboração dos conhecimentos. Nesse sentido, a informação qualificada pode ser aquela transmitida nos treinamentos, nos jornais, nas palestras, nos relatórios, nas cartilhas, nos fascículos, nos livros etc. (BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007).

Sendo princípios basilares do *ENP!* a valorização do conhecimento prévio, a autonomia dos indivíduos envolvidos, a criatividade, a participação e o dialogismo, as informações qualificadas produzidas tratam-se, em grande parte, de relatos<sup>32</sup> de experiência de projetos desenvolvidos pelas escolas e/ou comunidades por onde o programa já realizou formações e/ou oficinas ou financiou alguma iniciativa envolvendo o tema do trabalho escravo. Não é pretensão do programa levar nada pronto para os grupos nos quais realiza suas ações, mas educar para a formação em direitos humanos com escopo na problemática do trabalho escravo moderno, fornecendo informações, dados, números, elementos caracterizadores desse crime, com sugestão de materiais didáticos que poderão facilitar o desenvolvimento do tema, e apresentar experiências e projetos que já estão dando certo. Ao final de cada formação, a proposta é que os participantes desenvolvam projetos, planos de ensino, ou que, de qualquer outra maneira, discutam a problemática do trabalho escravo com

---

<sup>32</sup>Publicados em seus livros, cartilhas, vídeos etc.

os discentes e com toda a comunidade. Ou seja, nada é dado pronto: são os formandos que, estimulados em grande parte pelo elemento de informação qualificada, deverão reinventar o conhecimento apreendido e aplicá-lo à sua realidade. A informação qualificada no *ENP!* é também veículo da auto emancipação; sua grande contribuição está na interlocução de saberes que confere aos envolvidos capacidades (produtivas, criadoras) para se assumirem como sujeitos de sua ação no processo de transformação social.

## Figura 2 – Publicações do *ENP!*

escravonempensar.org.br/tipos-de-material/publicacoes/			
	<p><b>AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO SETOR SUCROALCOOLEIRO</b></p> <p>A história da cana-de-açúcar confunde-se com a do próprio Brasil. Atualmente, o setor sucroalcooleiro ainda é um dos mais relevantes e expressivos na economia brasileira, devido à exportação de açúcar e do bioetanol, ambos produtos da cana-de-açúcar. Contudo, é preciso ressaltar que nem sempre as condições dos trabalhadores dessa atividade são as melhores. Cortadores de cana... <a href="#">Leia mais »</a></p>	2014	<i>Fascículo</i>
	<p><b>ESCRAVO, NEM PENSAR! 10 ANOS: MEMÓRIA E REGISTRO</b></p> <p>O livro comemorativo apresenta um panorama de ações e resultados alcançados pelo programa Escravo, nem pensar! nestes 10 anos de existência. As páginas, ricamente ilustradas com fotos e imagens, exibem também considerações de entidades parceiras, relatos de educadores e educadoras que participam da rede do programa e depoimentos de ex-integrantes e da equipe atual do... <a href="#">Leia mais »</a></p>	2014	<i>Livro institucional</i>
	<p><b>MEIA INFÂNCIA - O TRABALHO INFANTO-JUVENIL NO BRASIL HOJE</b></p> <p>O trabalho infantil é uma violação de direitos compromete o desenvolvimento integral de milhões de meninos e meninas no Brasil. Desde a década de 1990 até hoje, o país reduziu significativamente o problema, avançou em legislação e políticas públicas, e conseguiu uma forte mobilização da sociedade civil contra a entrada precoce de crianças e adolescentes... <a href="#">Leia mais »</a></p>	2014	<i>Caderno temático</i>

Fonte: [www.escravonempensar.org.br](http://www.escravonempensar.org.br)

**Figura 3 – Produções de áudio e vídeo do ENP!**

escravonempensar.org.br/tipos-de-material/audio-e-video/	
	Organização Internacional do Trabalho, cerca de 2,5 milhões de pessoas são vítimas dessa violação de direitos. Diversas são as suas finalidades, como a adoção ilegal, comércio de órgãos, exploração sexual, superexploração do trabalho rural, urbano e doméstico e escravidão... <a href="#">Leia mais »</a>
	<p><b>MEIA INFÂNCIA: O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL HOJE</b> <span style="float: right;"><i>Enp! na tela</i></span></p> <p>Ano de publicação: 2015 O trabalho infantil é uma violação dos direitos de crianças e adolescentes, que compromete o desenvolvimento integral de meninos e meninas no mundo todo. No Brasil, existem cerca de 3,5 milhões de crianças e adolescentes que trabalham, segundo o Censo de 2010. O vídeo "Meia infância: O trabalho infantil no Brasil..." <a href="#">Leia mais »</a></p>
	<p><b>PROGRAMA VOZES DA LIBERDADE</b> <span style="float: right;"><i>Programa de rádio</i></span></p> <p>Boletim de rádio semanal com notícias sobre escravidão contemporânea e direitos trabalhistas produzido desde 2006 pela ONG Repórter Brasil. Os programas podem ser baixados e veiculados nas rádios locais.</p>
	<p><b>RADIONOVELA "ESCRAVO, NEM PENSAR!"</b> <span style="float: right;"><i>Programa de rádio</i></span></p> <p>A rádio-novela Escravo, nem pensar! faz parte do projeto "Vozes da Liberdade" e tem como objetivo informar os trabalhadores rurais para que eles não caiam na teia da escravidão.</p>

Fonte: [www.escravonempensar.org.br](http://www.escravonempensar.org.br)

Fica flagrante a relevância de uma comunicação que pense e organize os fatores de identificação em projetos de mobilização social, de maneira a promover o reconhecimento, por conseguinte, o julgamento, e numa situação ainda mais ideal, a corresponsabilidade por parte dos públicos.

As relações públicas afastando-se de suas bases primeiras – do positivismo e do funcionalismo – antes alinhadas aos interesses e manutenção do *status quo*<sup>33</sup>, passam a compreender sua importância no serviço aos interesses populares e comunitários. Dessa maneira, enquanto área da comunicação e com escopo na gestão dos relacionamentos, sintetiza os sentidos de suas estratégias, táticas e instrumentos para melhorar a participação: fomentando o dialogismo, apostando na micro comunicação<sup>34</sup> (ou comunicação dirigida) e alicerçando suas bases numa postura político-educativa que respeita o conhecimento prévio e privilegia o indivíduo, grupo ou comunidade como sujeito ativo no processo de mudança da

<sup>33</sup> Essa mudança começa a ser debatida nos anos 80. (Ver KUNSCH, 2007).

<sup>34</sup> A comunicação em seu nível micro é mais direta e pessoal, não se constrói sob códigos genéricos, mas singulares, com vistas a adequações, dependendo da situação, dos interlocutores e de suas reações.

realidade; é essa promoção do sujeito ativo e emancipado que traduz o nível de corresponsabilidade. Compreendido isso, passar-se-á ao capítulo que tratará das representações do trabalho escravo contemporâneo disseminadas pelo *Escravo, nem Pensar!* e das formas como os públicos se identificam com as mesmas.

#### **4 REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DO TRABALHO ESCRAVO**

**CONTEMPORÂNEO:** Análise das formas de identificação de um grupo de educadores maranhenses junto à temática a partir da metodologia do programa *Escravo, nem Pensar!*.

No capítulo que se inicia, serão apresentados os resultados da pesquisa realizada com o grupo de educadores maranhenses, público da formação do *ENP!*. A pesquisa pretende trazer aspectos que apontam as formas como esse grupo se identifica com a temática do trabalho escravo contemporâneo a partir de suas representações nos materiais disponibilizados pelo programa. Serão ainda levantadas, no bojo desses resultados, as discussões teóricas sobre Representação e Identificação, de Stuart Hall (2003, 2007, 2010).

##### **4.1 SOBRE A METODOLOGIA DA PESQUISA**

O projeto de pesquisa monográfico foi, em parte, construído durante a formação de gestores e professores da rede estadual de ensino, em setembro de 2015. Foi a formação o espaço onde mais ricamente se gestou a produção do objeto pesquisado e onde foram dados os primeiros passos à instância técnica que, segundo Immacolata “é o lugar de construção dos dados ou do objeto empírico. Compreende os procedimentos de coleta das informações e das transformações destas em dados pertinentes à problemática geral” (IMMACOLATA, 2005, p. 128).

Esse momento de inserção da pesquisadora no grupo de educadores possibilitou participar das atividades, bem como acompanhar e viver, em menor ou maior grau, as situações concretas que envolviam o objeto investigado (PERUZZO, 2005). A observação participante<sup>35</sup> viabilizou o contato com os recursos utilizados pela Equipe do *ENP!* e com a metodologia de formação, até então, só conhecidos nas publicações. À primeira impressão, inferiu-se que boa parte dos participantes já tinha ouvido falar de trabalho escravo contemporâneo, mas o que o decorrer dos dias foi revelando é que muitos ali só conheciam trabalho escravo mesmo de nome; poucos sabiam suas características e configurações. Também se percebia, em algumas falas e indagações, certa confusão entre trabalho escravo e infrações trabalhistas; houve,

---

<sup>35</sup> Metodologia de pesquisa na qual o pesquisador se insere no grupo pesquisado, participando, com maior ou menor intensidade, das atividades por ele desenvolvidas. (PERUZZO, 2005)

inclusive, uma participante que em sua intervenção citou um exemplo de “situação de trabalho escravo” envolvendo funcionários do comércio, dizendo que estes trabalhavam mais de oito horas por dia sem direito à hora extra; essa intervenção surgiu no momento em que se falava de jornada exaustiva<sup>36</sup> – um dos elementos que caracterizam o trabalho escravo em seu conceito atual; notando tal confusão, a equipe do *ENP!* se empenhou em estabelecer diferenças e distâncias entre uma coisa e outra, buscando elencar as características que configuram o trabalho escravo e as diferenciar de casos de infração trabalhista, frisando que para o enquadramento de trabalho escravo é necessário que se reúna uma série de elementos que o caracterizam e não apenas um.

Outro ponto bastante evidente foi a predileção dos participantes pelos recursos de linguagem visual utilizados na abordagem do conteúdo; o que se viu na formação com os educadores maranhenses foi um maior envolvimento, ou mesmo, uma maior sensibilização na busca por compreender a problemática, quando da assistência a vídeos sobre o assunto, que mostravam, em sua maior parte, ações de fiscalização dos auditores do trabalho no resgate a trabalhadores escravizados. Era após a assistência aos vídeos que ocorriam as intervenções mais acaloradas e que algumas vezes se ouviu frases do tipo: “Ah! Agora eu sei o que é trabalho escravo!” ou “ei, o ‘fulano’ já foi pra o trabalho escravo!”

Então, foi fazendo essas e outras observações, que foram sendo traçados os instrumentos de pesquisa aplicados posteriormente. Era preciso corroborar ou refutar as impressões gestadas durante a inserção e obter outras informações para melhor responder ao problema da pesquisa. Nesse sentido, pensou-se, primeiramente, em proceder à aplicação de questionário junto aos educadores, mas sob sugestão da orientadora dessa monografia, foi elaborado de antemão um roteiro de entrevista com os coordenadores do *ENP!*. O que vislumbrou a professora Flávia Moura fora que a entrevista, assim como a observação participante, orientaria a confecção do questionário. Foi essa uma decisão acertada, pois sendo os coordenadores os ministrantes das oficinas, as impressões, as observações que captavam e os retornos obtidos dos participantes seriam mais e importantes

---

<sup>36</sup> É aquela jornada em que o tempo de descanso não é suficiente para que a pessoa consiga recuperar suas forças para a jornada seguinte, por causa do desgaste provocado pelas condições de trabalho [...]. Há casos em que o descanso semanal não é respeitado. As jornadas podem ir de segunda a segunda, com poucas horas de descanso. Assim, o trabalhador também fica impedido de manter vida social e familiar. (LIVRO *ESCRAVO, NEM PENSAR!*, 2012, p. 30).

elementos a compor o quadro hipotético de possíveis respostas à pesquisa. De fato, era necessário confrontar as impressões da pesquisadora com outros olhares, afinal, a pesquisa se faz da dúvida e das suposições acerca dela. A entrevista foi do tipo semiaberta<sup>37</sup> e apontou aspectos antes não flagrados e outros que acabaram por reforçar as observações primeiras; procurou saber dos coordenadores o perfil do público do programa, sua extensão, os recursos mais utilizados e melhor aproveitados pelos multiplicadores. Posteriormente, e muito com base nos dados obtidos com a entrevista, foi elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas a fim de saber da identificação do público da formação com o tema trabalho escravo a partir das representações desse último nos recursos (materiais) utilizados pelo *ENP!*

#### 4.2 A OFICINA DE FORMAÇÃO DO *ENP!* EM SÃO LUÍS

Como aqui já mencionado anteriormente, em setembro de 2015, do dia 22 ao 25, ocorreu a oficina para educadores (gestores, professores e técnicos da Seduc) da rede estadual de ensino do Maranhão. Essa formação, segundo a coordenadora do *ENP!*, Natália Suzuki, faz parte de um processo maior, firmado numa parceria com o Governo do Estado por intermédio da Seduc, com vigência de 12 meses (junho de 2015 a junho de 2016).

Natália explicou que a escolha de trabalhar com os gestores das UREs ocorreu muito em face da necessidade de ganhar escala, em termo de extensão e alcance, uma vez que o Maranhão possui grande território e muitos são os municípios com focos de trabalho escravo. Como as UREs são uma espécie de braço da Seduc, responsáveis, cada uma, pelos municípios adjacentes ao município sede da Unidade, a seleção das unidades regionais de Açailândia, Balsas, Codó, Imperatriz, Santa Inês, São João dos Patos e São Luís mostrou-se estratégica por essas abrangerem grande parte dos locais com maiores índices de trabalho degradante.

À priori, formar-se-ia um grupo de 40 educadores, sendo uma média de três representantes de cada URE mais os técnicos da Seduc, e a proposta seria que esses se tornassem multiplicadores dessa formação, cada grupo se responsabilizando pela sua região, levando a temática do trabalho escravo para todas as unidades de ensino. Desse modo, seriam impactados 76 municípios, 378 escolas, 10 mil professores e 190

---

<sup>37</sup> Tipo de entrevista que parte de um roteiro base, semiestruturado.

mil alunos.

Durante a observação participante, pôde-se melhor perceber a metodologia adotada bem como as formas de abordagem da temática do trabalho escravo contemporâneo e outros assuntos que lhes são correlatos. Sobre essa técnica de coleta de dados “[...] Park, Becker e Geer afirmam que, misturar-se às atividades cotidianas dos atores, com a ajuda da observação participante, constitui o melhor meio de perceber suas práticas e interações, como também interrogá-los durante a ação” (*em fase de elaboração*).<sup>38</sup> Sobre as impressões obtidas, chamou a atenção o fato de que, numa primeira abordagem, os coordenadores não falam diretamente de trabalho escravo, não começam conceituando, de imediato, o tema. Tal impressão foi confirmada na entrevista com Natália Suzuki; quando perguntada sobre a(s) forma(s) como o público se envolve com a temática da formação, ela nos respondeu que há todo um cuidado no processo de sensibilização para o tema e um deles é nunca iniciar já falando de trabalho escravo, uma vez que existe certa resistência em relação ao termo em alguns lugares e, em outros casos, porque as pessoas não acreditam que exista trabalho escravo, isto é, “elas acabam naturalizando situações de exploração como se já fossem dadas do contexto, acreditam que o que tá lá não é algo incomum, ou algo que seja exógeno, mas algo que sempre fez parte da realidade local.” (Fala extraída de entrevista com Natália Suzuki, realizada em 01 de março de 2016).<sup>39</sup>

Segundo a entrevistada, a ideia é apresentar os temas (migração, condições degradantes de trabalho) de maneira que o próprio público da formação vá desconstruindo esse olhar naturalizado e que, fazendo sentido tudo o que ali vai sendo apresentado, ele perceba que o trabalho escravo está presente em sua realidade local, identificando em situações que ele antes acreditava ser uma relação de trabalho legal, uma situação de degradância e de violação de direitos. Essa postura, além de propiciar a queda das vendas da naturalização, possibilita maior interação e interlocução com o público, que vai, então, perceber que conhece da temática do trabalho análogo ao escravo bem mais do que imaginava, e que apenas era incapaz de reconhecê-la.

Na formação, à medida que o tema ia sendo apresentado, primeiro com a

---

<sup>38</sup> POUPART, 2010 apud MOURA; ROCHA. Trata-se de artigo produzido pelas pesquisadoras durante o processo de doutoramento no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Ano de produção: 2014.

<sup>39</sup> Ver entrevista na íntegra no Apêndice A.

dinâmica do relato da entrevista de um migrante<sup>40</sup>, depois com os vídeos de ações de fiscalização dos auditores do MTE, com a criação de um personagem que reúne uma espécie de perfil do trabalhador escravo, com a montagem processual do ciclo do trabalho escravo, enfim, com toda essa metodologia, que é também, bastante visual, o que pôde ser percebido foi a ocorrência de uma interlocução a partir do momento em que o que ali era dito e visto fazia sentido; quando se percebia que a temática ali abordada não era por eles (os professores da formação) reconhecida e, que, agora, olhando mais de perto, eles eram capazes de perceber, então, situações de trabalho escravo envolvendo parentes seus, alunos e/ou os pais desses.

Decorre de todo o processo de formação um esforço em sensibilizar, mas também em promover a identificação com a causa que mobiliza o programa, de maneira que, ao final da formação, o grupo de educadores desenvolva, ele mesmo, projetos ou planos de ação no intuito de multiplicar o tema, de fazê-lo chegar aos outros professores, aos alunos, aos pais desses, à comunidade.

#### 4.3 REPRESENTAÇÕES E AS METODOLOGIAS UTILIZADAS PELO ENP!

Em suas reflexões sobre as representações, Stuart Hall (2003), na obra *Da diáspora*, explora primeiramente o conceito de ideologia para, então, formular discussões sobre a categoria Representação. Alicerçado pelas contribuições do filósofo Althusser, Hall (2003) acredita que na linguagem e no comportamento estão impressos os padrões ideológicos. Mediante essa ideia, para traduzir os padrões de pensamento dever-se-ia desconstruir ou analisar a linguagem e o comportamento. Nessa mesma assertiva, as ideias que as pessoas utilizam para assimilar e compreender o mundo social são as ideologias.

A linguagem e o comportamento são os meios pelos quais se dá o registro material da ideologia, a modalidade de seu funcionamento. Esses rituais e práticas sempre ocorrem em locais sociais, associados a aparelhos sociais. É por isso que devemos analisar ou desconstruir a linguagem e o comportamento para decifrar os padrões de pensamento ideológicos ali inscritos. (HALL, 2003, p. 173)

---

<sup>40</sup> O relato da entrevista de um migrante trata-se de uma dinâmica na qual é entregue a cada participante um roteiro de entrevista sobre o relato de um migrante; o participante responde a perguntas sobre um suposto migrante que ele conheceria; são perguntas que tratam da origem desse migrante, dos motivos dele ter migrado, de como ele se deslocou, do que ele esperava encontrar ao deixar o local de origem, da realidade no local de destino etc.

Sobre a representação, Hall, no ensaio *El trabajo de la representación*, diz que “a representação conecta o sentido à linguagem e à cultura”<sup>41</sup> (HALL, 2010, p. 447, *tradução nossa*). Os conceitos que homens e mulheres têm acerca do mundo, as ideias, as representações mentais estão marcadas pela relação, uma relação que imbrica pessoas, coisas, eventos, discursos. O autor fala que são dois os sistemas de representação: um referente aos sentidos ou conceitos e outro referente à linguagem. É a linguagem elemento base da representação: “Representação é a produção de sentido dos conceitos em nossa mente mediante a linguagem”<sup>42</sup> (HALL, 2010, p. 447 a 448, *tradução nossa*). Relacionando os conceitos de representação à linguagem, ao sentido e à cultura, Hall (2010) aponta três principais teorias da representação: a reflexiva, a intencional e a construcionista, assinalando a última como sendo a melhor aceita pelos estudiosos contemporâneos dos estudos culturais. Segundo a primeira teoria, a linguagem apenas reflete um sentido que já existe no mundo; seria como afirmar que o sentido não está na linguagem, mas na coisa em si ou na pessoa. A reflexiva acredita que a produção de sentido dá-se mediante a intenção do falante ou escritor. A terceira teoria assera que o sentido é construído na linguagem e por intermédio desta; as pessoas comunicam os conceitos que povoam suas cabeças, seus mapas mentais acerca do mundo social, por intermédio da linguagem. Nesse sentido, a análise da representação dá-se com os exercícios da leitura e da interpretação: “[...] ‘captar o sentido’ deve implicar em um processo ativo de interpretação. O sentido deve ser ativamente lido ou interpretado”<sup>43</sup> (HALL, 2010, p. 460, *tradução nossa*).

Essa interpretação exige análise e leitura dos materiais simbólicos por onde circulam os sentidos ou significados: sons, palavras, figuras, imagens, gestos. Aqui reside a justificativa em acompanhar uma oficina de formação do *ENPI*; para que se tivesse condições de fazer o exercício de interpretação de que fala Hall, observando as metodologias e os materiais utilizados e, ao final, tentar avaliar o nível de compreensão por parte do público, isto é, se a temática faz sentido para aquele grupo, se ele acredita, então, que, partindo da hipótese de que antes não eram capazes de identificar situações de trabalho escravo, agora o são. E que, sendo capazes de

---

<sup>41</sup> La representación conecta el sentido al lenguaje y a la cultura.

<sup>42</sup> Representación es la producción de sentido de los conceptos en nuestra mente mediante el lenguaje.

<sup>43</sup> [...] “captar el sentido” debe implicar un proceso activo de interpretación. El sentido debe ser activamente “leído” o “interpretado”.

identificar tais situações, eles acreditam que, sendo educadores, e já então apoderados do conhecimento sobre a temática, eles se identificam com a metodologia e os materiais utilizados pela equipe de formação e que, dentro de suas rotinas, são capazes de multiplicar o conhecimento adquirido, adequando essa metodologia e didática a sua sala de aula e à comunidade local.

Na construção da temática do trabalho escravo, o *ENP!* faz uso de vídeos, figuras, fascículos, livros (impressos e digitais); são alguns desses materiais, algumas dessas linguagens, que serão utilizadas como base para os estudos de identificação com a temática em pauta.

#### 4.4 ANÁLISE DA PESQUISA: A IDENTIFICAÇÃO COM A TEMÁTICA DO TRABALHO ESCRAVO

Hall (2007), no ensaio *Quem precisa de identidade?*, afirma que o conceito de identificação é um dos menos desenvolvidos pelos estudiosos da teoria social e do culturalismo. Nesse sentido é que ele aponta como caminho para a discussão de tão “ardiloso” tema, a busca por bases e fundamentações nos campos discursivo e psicanalítico. A ideia primeira, que é também a do senso comum, vai dizer que “a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal” (HALL, 2007, p. 106). Contrastando com essa ideia mais naturalista, “a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado” (Hall, 2007, p.106), isto é, ela nunca é determinada por completo, podendo dar-se tanto pela aproximação como pelo afastamento, dito de outra forma: a identificação pode ocorrer tanto pelo reconhecimento daquilo que é comum quanto por aquilo que é estranho, diferente.

Na observação participante realizada na formação com os educadores maranhenses, pôde-se perceber que o sentido a respeito do tema do trabalho escravo construía-se em cima da dualidade comum/estranho, aproximação/afastamento. À medida que se desenvolvia a abordagem sobre o assunto, os participantes se manifestavam dizendo, alguns, agora reconhecerem (identificarem) a existência de trabalho escravo em suas famílias, outros diziam reconhecê-lo em famílias de alunos ou nos próprios alunos. E quando, então, acreditavam (os formandos) serem também vítimas do trabalho escravo, ou associavam situações de determinados

trabalhadores<sup>44</sup> à escravidão moderna, percebiam então a diferença, e vinha o reconhecer de que confundiam escravidão contemporânea com infração trabalhista; e no jogo da diferença, na caracterização do trabalho escravo, percebiam e eram capazes de separar uma situação da outra.

O trabalho de campo ajudou a evidenciar essa ideia da construção do sentido na relação dialógica com o outro. E essa produção de sentido, na formação, foi ocorrendo de maneira processual, à medida que o tema era abordado, com a utilização de metodologias que faziam uso de recursos visuais (vídeos, figuras, livro digital), auditivos (músicas) e outros (fascículos, cartilhas). Dessa maneira, os participantes foram, por eles próprios, construindo uma representação ou representações do trabalho escravo, compreendida aqui a ideia de Hall (2010) de que a representação denota a produção de sentido dos conceitos – que povoam a mente – por meio da linguagem.

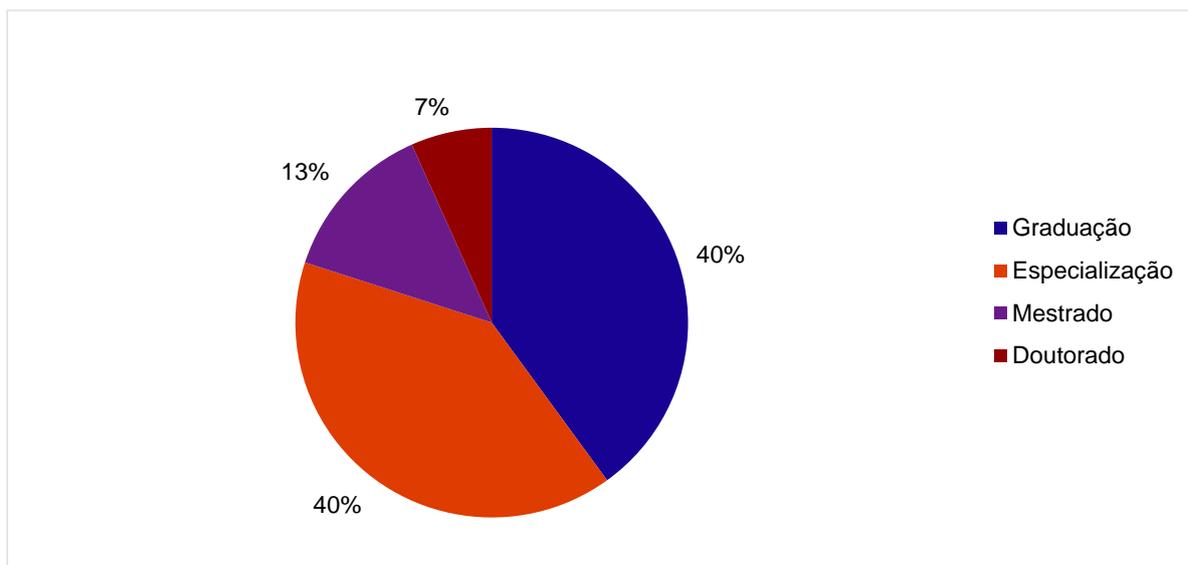
Como dito em outros momentos, a pesquisa contou também com a aplicação de questionários junto aos educadores. A construção do instrumento de pesquisa foi, em grande parte, orientado pelas respostas obtidas na entrevista realizada com Natália Suzuki, que apontou os melhores caminhos para chegar à formulação das perguntas que proporcionariam responder ao problema de pesquisa. Dos 40 participantes que receberam o questionário via correio eletrônico<sup>45</sup>, 15 responderam. Assim, tem-se uma amostra que representa quase 40% do universo da pesquisa. Do total de respondentes, 87% são mulheres e 13% são homens, e têm entre 35 e 55 anos; todos possuem graduação e alguns têm, inclusive, mestrado e doutorado.

---

<sup>44</sup> Eles chegaram a citar os casos de vendedores de loja, que, em muitos casos, mesmo trabalhando mais de 8 horas por dia, não recebem hora extra.

<sup>45</sup> Os questionários foram enviados mais de uma vez para os *e-mails*. Além disso, foi feito contato também pelo telefone na solicitação de que o questionário fosse respondido.

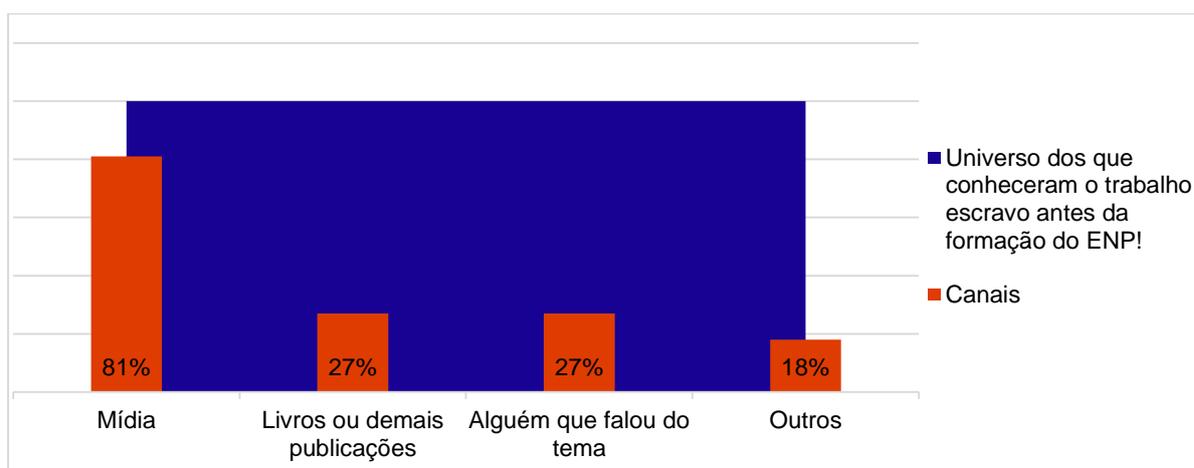
**Figura 4 – Formação dos entrevistados**



Fonte: pesquisa de campo

Perguntados se já conheciam o tema do trabalho escravo, a maior parte (73%) respondeu que sim, que já conhecia a temática do trabalho escravo contemporâneo antes mesmo da formação do *ENPI*; e um número bastante considerável respondeu que teve contato com o tema por intermédio da mídia.

**Figura 5 – Por intermédio de qual ou de quais canais conheceram o tema do trabalho escravo?**



Fonte: pesquisa de campo

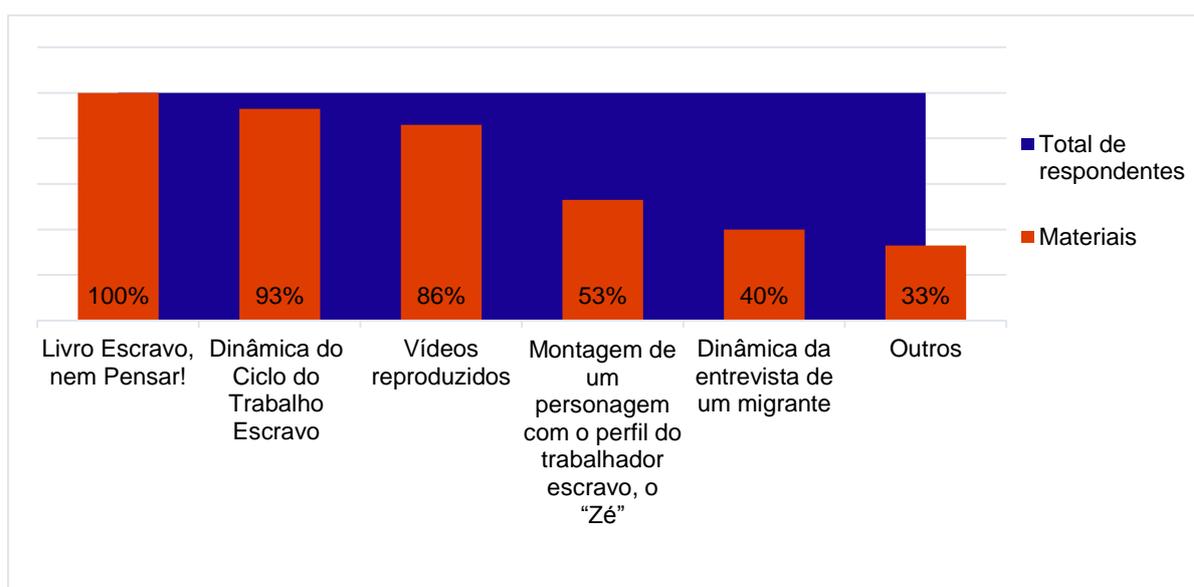
Esse resultado só reforça a conjuntura atual de influente participação da mídia na vida das pessoas. As pessoas ficam sabendo, mesmo que superficialmente,

de diversos assuntos e problemáticas sociais por intermédio da mídia, daí a grande responsabilidade dos jornais, TVs, revistas, com a idoneidade no fazer comunicacional.

Dos mais de 70% que responderam já ter conhecimento do tema trabalho escravo contemporâneo antes da oficina, 81% disseram tê-lo conhecido através da mídia, enquanto que apenas 27% responderam conhecer o tema por meio de livros ou outro tipo de publicação; e esse mesmo número (27%) disse ter ouvido de alguém sobre o assunto. Um ponto interessante foi a opção Outros, com 18%. No questionário (Apêndice B), essa opção trazia um espaço para que os respondentes citassem livremente quais seriam essas fontes por onde tiveram acesso ao assunto trabalho escravo; foram citados o CDVDH/CB e o *ENP!* em Açailândia (atuação do programa na cidade de Açailândia).

Passadas as questões mais introdutórias, partiu-se para o campo mais específico das “linguagens”<sup>46</sup> utilizadas pela equipe do *ENP!* na abordagem da temática do trabalho escravo moderno, no intuito de sondar a identificação do público com as mesmas.

**Figura 6 – Materiais do *ENP!* que podem ser “melhor aproveitados” na multiplicação das formações.**



Fonte: pesquisa de campo

<sup>46</sup> As linguagens aí compreendidas podem ser sons, palavras, figuras, imagens, gestos – Hall (2010). E, para a pesquisa em questão, compreendem as metodologias, os materiais utilizados na abordagem da temática do trabalho escravo pela equipe do *ENP!*.

As pessoas são muito seduzidas pela imagem. Além do livro *Escravo, nem Pesar!*, que aparece com 100% das seleções, dentre os materiais utilizados na abordagem do tema, a dinâmica do ciclo do trabalho escravo e os vídeos reproduzidos foram apontados como sendo alguns dos materiais a serem melhor aproveitados na multiplicação do tema, com 93% e 86% de aprovação, respectivamente. Essas duas opções, mais a montagem de um personagem com o perfil do trabalhador escravo, o “Zé” (53%), são materiais que exploram bem o visual, com imagens, figuras ou ilustrações. A dinâmica da entrevista de um migrante foi apontada por 40% dos questionados e na opção Outros (33%), foram citadas as cartilhas e os folhetos produzidos pelo programa, o livro digital<sup>47</sup>, as músicas etc.

**Figura 7 – Vídeo reproduzido na formação do ENP! em São Luís.**



Fonte: [www.escravonempensar.org.br](http://www.escravonempensar.org.br)

Nas conversas informais durante a observação participante, uma educadora comentou considerar o ciclo do trabalho escravo “o eixo condutor de toda a formação”. Natália Suzuki, em entrevista, também apontou essa importância do ciclo como material que os agentes multiplicadores muito elegem em suas ações de

<sup>47</sup> Na página do ENP! na internet, foi lançado em abril de 2015 o livro digital *Escravo, nem Pensar!* – uma abordagem contemporânea sobre trabalho escravo na sala de aula e na comunidade (<http://escravonempensar.org.br/livro/>). Nesse livro, o trabalho escravo contemporâneo é abordado por meio de recursos interativos e multimídia.

multiplicação e ressaltou como sendo um dos possíveis motivos para isso, o fato do mesmo ser muito visual.

O ciclo do trabalho escravo é algo que os formadores e os agentes multiplicadores utilizam muito pra repassar o conteúdo do trabalho escravo pro seu público, seja ele outros professores ou alunos. Porque ela é uma dinâmica muito simples, ela é muito visual, e ela é muito resumidora de todo o conteúdo a respeito do tema do trabalho escravo. O ciclo do trabalho escravo, com as tarjetas, consegue contar a partir de uma narrativa muito simples, como é que se dá o processo de submissão do trabalhador a condições degradantes. Então, ela consegue colocar o foco não somente no momento que o trabalhador é submetido ao trabalho escravo, mas ela dá atenção a esse problema de forma mais processual. Porque que ele chegou até lá... como que ele chegou até lá...como que ele sai dessa situação...como, possivelmente, ele retorna e como não retorna a essa condição de vítima...Então, o ciclo do trabalho escravo consegue, de uma forma bastante simples, trazer essa complexidade narrativa do fenômeno do trabalho escravo. Então, a gente nota nos relatos das formações, nas fotos que a gente vê, que esta é uma dinâmica que, recorrentemente, é replicada quando a gente não está lá com o público alvo dos agentes multiplicadores. (Natália Suzuki em entrevista, 01 de março de 2016).

O ciclo do trabalho escravo, como o nome já bem explica, narra todo o processo do trabalho escravo, desde a condição de vulnerabilidade socioeconômica – que, mesmo entrando no ciclo, não diz respeito a uma ação, mas a uma circunstância ou estado que explica o porquê dos trabalhadores se sujeitarem ao trabalho análogo ao escravo – até o recebimento das multas rescisórias e do seguro desemprego, passando pelas etapas da migração, do trabalho, da fuga, da denúncia aos órgãos de fiscalização e do resgate. Nas formações, o ciclo é também montado de maneira processual; à medida que esse ou aquele determinado assunto vai sendo falado, acrescenta-se ao ciclo a imagem ou figura que corresponde ao mesmo. Por isso mesmo que as oficinas e/ou formações tratam, não tão somente, do trabalho escravo, mas também de assuntos que lhes são correlatos e que, de certa forma, o explicam e são necessários para que se compreenda porque ele existe e porque deve ser erradicado. A figura abaixo mostra o ciclo do trabalho escravo já montado. Como se pode ver, é bastante ilustrativo e imagético, e acaba por sintetizar em imagens toda a complexidade do tema.

**Figura 8 – Dinâmica do Ciclo do Trabalho Escravo**

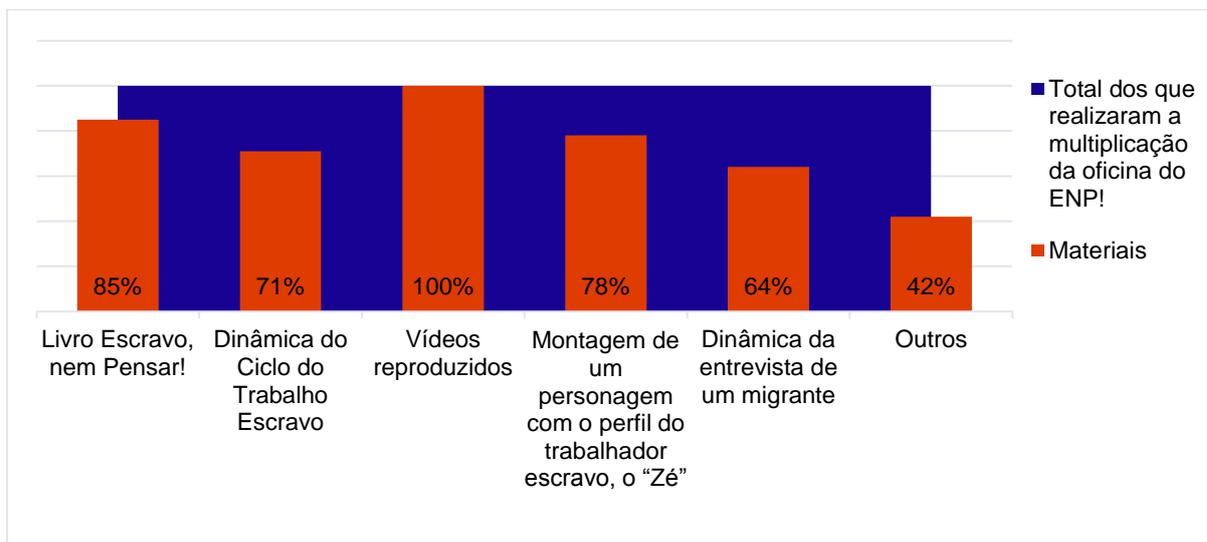


Fonte: [www.escravonempensar.org.br](http://www.escravonempensar.org.br)

Num desdobramento à pergunta sobre os materiais a serem “melhor aproveitados”, eles responderam o porquê de suas escolhas (a dinâmica do ciclo e os vídeos). Quase que, de maneira unânime, citaram em seus argumentos o elemento visual, justificando que esse mostra de maneira mais clara o assunto, tornando a abordagem mais dinâmica. Alguns, ainda, argumentaram que o livro traz a fundamentação do tema, enquanto que a entrevista ao migrante contextualiza com uma situação real.

Num segundo desdobramento e a fim de corroborar o que foi apontado na questão há pouco tratada, questionou-se, ainda, se já haviam realizado alguma multiplicação e que, em caso positivo, relatassem quais materiais aproveitaram da formação do *ENPI*. Dos entrevistados, 93% responderam já terem realizado uma formação com o tema do trabalho análogo à escravidão e que todos utilizaram os vídeos no trabalho de multiplicação.

**Figura 9 – Materiais utilizados pelos formandos na multiplicação da temática do trabalho escravo.**

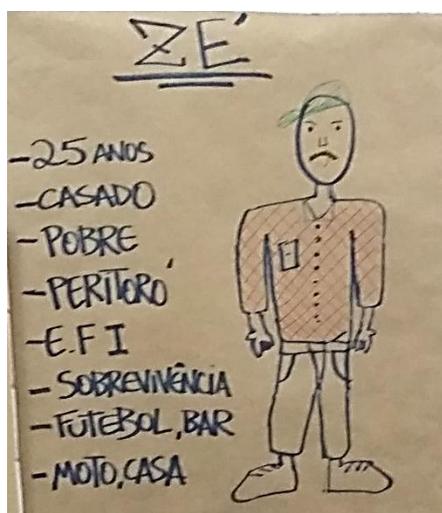


Fonte: pesquisa de campo

Como dito anteriormente, do total de respondentes que já haviam tido a oportunidade de realizar uma multiplicação da oficina do *ENP!*, 100% deles utilizaram os vídeos na abordagem e propagação do tema; em número ainda expressivo, muitos fizeram uso do Livro *ENP!* (85%); 78% utilizaram a montagem de um personagem com o perfil do trabalhador escravo, o "Zé" e 71% fizeram uso da dinâmica do trabalho escravo. Ainda, 64% disseram ter utilizado a dinâmica da entrevista a um migrante. Na opção Outros, com 42%, foram citadas as músicas, os fascículos, o livro digital e a vinheta<sup>48</sup> do aliciamento.

<sup>48</sup> Vinheta pode ser um filme, um som, ou um texto, geralmente curto, que serve para identificar uma emissora de rádio ou TV, ou mesmo para fazer chamada a algum produto ou serviço ou a uma personalidade. A vinheta do aliciamento é uma chamada de rádio, na qual se divulga a oferta de serviço em fazendas e na construção civil, com a promessa de que o trabalho e o salário são bons e que o patrão já deixa dinheiro adiantado com a família do trabalhador.

**Figura 10 – Montagem de um personagem com o perfil do trabalhador escravo, “o Zé”.**



Fonte: foto tirada pela autora na formação do ENP! em São Luís

Um ponto interessante é que, mais uma vez, percebe-se uma predileção pelos recursos com linguagem visual, imagética. A questão ainda solicitava que os participantes contassem como foi a interação com o público da formação. Alguns relataram que os vídeos impactaram bastante, pois mostravam mesmo o que ocorria em situações reais de trabalho escravo, e que alguns participantes chegaram a perceber casos de trabalho escravo que estavam ou estiveram bem próximos do seu círculo de convivência.

Questionados se antes da oficina do ENP! eram capazes de reconhecer situações de trabalho escravo, 60% dos entrevistados responderam que não e, de maneira unânime, todos relataram em posterior questão que a formação lhes forneceu subsídios para conhecimento e reconhecimento de situações de trabalho escravo. Um ponto que chamou a atenção, ainda, foi que alguns corroboraram em suas falas uma impressão já observada: a confusão que antes se fazia entre trabalho escravo e infrações trabalhistas. Disseram que a formação lhes deu subsídios para saberem diferenciar as duas problemáticas citadas e que agora têm o olhar mais atento a situações com características de trabalho degradante. Outros ressaltaram, mais uma vez, a importância dos vídeos no papel de esclarecer todo o quadro complexo de aspectos que configuram um caso de escravidão contemporânea, pois esses mostram as condições a que são sujeitos os trabalhadores escravizados.

A pesquisa mostrou que os recursos utilizados pelo *ENP!* têm alcançado boa receptividade no seu trabalho de disseminar o conhecimento acerca da problemática do trabalho escravo moderno e de sensibilizar para a tarefa de multiplicação do mesmo. As operações de coleta de dados revelaram uma predileção pelos materiais com linguagem imagética, mas mostraram também que, de um modo geral, todos os materiais produzidos pelo programa têm boa aceitação e que os multiplicadores, dentro da sua realidade, da sua rotina, têm considerado a dinâmica de abordagem da problemática do trabalho escravo pela equipe do *ENP!* e a têm adequado para o seu público e comunidade.

Pelo afastamento ou pela aproximação, o público das formações identifica-se com a temática ou porque vê nas características do trabalho escravo ali elencadas aspectos de uma relação de trabalho degradante, da qual já tinha visto serem vítimas seus parentes, seus alunos, os pais dos seus alunos, ou porque busca referências em situações que lhe parecem de trabalho escravo, de maneira a marcar as diferenças entre as duas e, então, compreender a primeira.

É na linguagem que envolve uma interação face a face e que abusa de recursos imagéticos, que o formando constrói sentidos para os conceitos de trabalho escravo que povoam a sua mente; e com essa linguagem, ele diz ficar mais clara a complexidade do tema. O público do *ENP!*, professores e líderes comunitários – na delimitação da nossa pesquisa, professores da rede estadual de ensino do Maranhão – é aquele que não é apenas chamado a saber o que é trabalho escravo, mas a propagar essa informação, sendo chamados a serem braços na luta contra o trabalho degradante.

A identificação que aqui se empreendeu entender, que é a identificação a partir da linguagem, tem a ver também com o íntimo questionamento dos educadores: quais recursos melhor auxiliam no entendimento da ideia desse tema? Tem-se a preocupação em construir sentidos a respeito do tema para si mesmo, mas também se tem a responsabilidade em perceber o que melhor explicará as ideias para o outro (se a linguagem em vídeo, em gravura, em texto escrito, em música etc.), de forma que os públicos das multiplicações também possam construir seus sentidos acerca da temática.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de trabalho escravo está sob ameaça de ser esvaziado; o que representa um retrocesso para as conquistas até então empreendidas no combate a esse crime. Desde 1995, tramita Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prevê a expropriação de propriedades, sem qualquer indenização a seus donos, onde forem encontrados casos de trabalho escravo. Tais propriedades seriam destinadas à reforma agrária e/ou a projetos de habitação urbana. Entre engavetamentos e desengavetamentos, passaram-se quase 20 anos e só em 2014 é que a PEC foi aprovada. No entanto, essa conquista não tornou o fardo mais leve para os movimentos que encabeçam a luta contra as formas modernas de trabalho escravo, pois a aprovação da PEC foi feita sob o ardil de que em sua regulamentação, a definição do Artigo 149 do Código Penal Brasileiro, que trata do conceito de trabalho escravo, deveria ser revisto; a proposta da bancada ruralista consiste em retirar da definição atual os elementos condições degradantes e jornada exaustiva. A sociedade civil organizada segue pressionando o poder público para que a luta pela erradicação a esse crime torne-se uma Política de Estado.

A pesquisa monográfica ora apresentada foi realizada, em parte, porque se acredita que o pesquisador (militante ou não) tem uma função social a cumprir, crente de que a universidade é um espaço (não o único) de discussão das problemáticas sociais e onde, por diversas vezes, foram gestadas revoluções e/ou embrionados movimentos na luta pela transformação social. Acredita-se importante e necessário que a comunidade científica continue a ser palco de discussões produtivas e com vistas à superação de mazelas que assolam a vida de diversos homens e mulheres, a exemplo do trabalho escravo contemporâneo e de tantas outras.

Seria muito ousado e demasiadamente pretensioso intentar fazer revolução com esse estudo e, num estalar de dedos, convocar toda uma comunidade acadêmica ou tão somente aqueles que a ele tiverem acesso a somarem forças na luta contra o trabalho escravo. Não porque a temática que ele ponha em pauta seja menos ou mais importante que outras, mas porque, dentre outros tantos fatores, pesa sobre o homem uma conjuntura social pós-moderna, motivada em grande parte pelo fenômeno da globalização, cheia de complexidades. A pós-modernidade é a matriz de sujeitos com identidades, identidades antagônicas (ou não), fraturadas, que podem ser as mais diversas, dependendo do contexto e do lugar (Hall, 2013 apud Moura, 2015). Reunir

tais sujeitos em torno de uma causa, e uma causa que implique considerável investimento de tempo e relativa comunhão de ideias é um desafio.

O estudo empreendido nesse trabalho monográfico procurou destacar a atuação de um grupo que tem por missão propagar e difundir o conhecimento acerca da problemática do trabalho escravo contemporâneo, no intuito de engajar comunidades vulneráveis na luta contra esse crime. No bojo das discussões de Márcio Simeone Henriques (2005, 2007), destacou-se o papel da comunicação em conjugar e confluir atores sociais nas lutas pela transformação da realidade, dando evidência aos elementos que configuram o referencial simbólico da causa do projeto e que, no caso específico do *ENPI*, é composto pelas cores das peças e materiais do programa, pela produção de seus fascículos, livros, cartilhas, programas de rádio, etc. e pela articulação de suas oficinas, festivais e concursos. São esses elementos imprescindíveis à convocação dos públicos e são eles que, em parte, constituem as representações do trabalho escravo contemporâneo disseminadas pelo *ENPI*, pois tais elementos são linguagens ou são dotados delas, e as representações são as linguagens produzindo sentidos.

Na busca por responder ao problema de pesquisa, o qual seria perceber como os públicos das formações se identificam com a temática do trabalho escravo contemporâneo a partir das representações disseminadas pelo *ENPI*, procedeu-se à interpretação dos dados colhidos; algumas das primeiras observações elencadas dizem respeito à produção de sentidos acerca da temática. Na oficina de formação, percebeu-se que a condução da abordagem é feita de modo que não se fala de imediato em trabalho escravo, o nomeando e o conceituando, pois como em muitos locais, situações de exploração acabaram por ser naturalizadas, há um cuidado (e isso também fora confirmado na entrevista com Natália Suzuki) em primeiro sensibilizar para o tema, iniciando com assuntos que vão acabar sugerindo a discussão sobre o trabalho escravo (a exemplo do tema migração), buscando fazer conexão com a realidade local e com o conhecimento prévio daquele público. Observou-se que a construção dos sentidos acerca da problemática ia sendo construída na relação diferente/semelhante, afastamento/aproximação; a própria dinâmica de abordagem do *ENPI* abre espaço para que essa construção seja gradual, relacional e, por conseguinte, emancipatória, uma vez que a ideia é que esses públicos, dentro das suas rotinas, insiram o debate e propaguem a temática do trabalho escravo entre seus alunos, entre seus colegas de profissão, entre sua

comunidade.

Durante a sondagem sobre a identificação do público da formação com as representações do trabalho escravo contemporâneo, ficou flagrante uma predileção pelos materiais que continham linguagem visual e imagética. Na verdade, os materiais, sejam em linguagem escrita, visual ou sonora, revelaram ter boa aceitação entre o público, sendo a maioria (dos que foram elencados quando da aplicação dos questionários), em maior ou menor grau, aproveitada pelos educadores quando da multiplicação da oficina. E quando perguntados se o conteúdo da formação tinha lhes fornecido requisitos para conhecimento e reconhecimento de situações de trabalho escravo, responderam positivamente; alguns chegaram a relatar, inclusive, que antes da formação confundiam trabalho escravo com infrações trabalhistas, outros, que tinham um conhecimento muito superficial sobre o assunto. Nesse sentido, as representações do trabalho escravo contemporâneo, propagadas pelo *ENPI*, provocam a identificação com os públicos, uma vez que estimulam a produção de sentido em torno da problemática, lhes permitindo fazer comparações, estabelecer relações com o que se aproxima e/ou com o que se distancia e, por fim, conhecer e reconhecer situações que envolvam o problema.

Tudo isso faz lembrar um conceito de comunicação que essa pesquisa acredita ser o que melhor dá conta da complexidade que envolve o processo comunicativo, o qual seja:

“[...] a comunicação compreende um processo de produção e de compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, realizado através de uma materialidade simbólica (da produção de discursos) e inserido em determinado contexto sobre o qual atua e do qual recebe os reflexos”.  
(FRANÇA, 2001, p. 16).

As representações do trabalho escravo disseminadas pelo *ENPI* em suas formações e a maneira como se dá a identificação com a temática configuram-se o mais genuíno processo de comunicação: as formações nada mais são que a reunião de sujeitos interlocutores, que produzem e compartilham sentidos em torno da problemática do trabalho escravo contemporâneo e assuntos correlatos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo**. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: SEDH, 2008. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/novoplanonacional.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2015.

CASTELLS, Manuel. Paraísos Comunes: identidad y sentido en la sociedad en red. In: \_\_\_\_\_. **La era de la información: economía, sociedad e cultura**, vol. 2, Mexico: Alianza Editorial, 1998. Cap. 1, p. 27-90.

CUTRIM, Liliâne Pinto. **Estratégias de Comunicação da ONG Repórter Brasil no Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo: análise da produção de conteúdos jornalísticos do portal de notícias sobre o Maranhão**. 2014. 107f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

FRANÇA, Vera Veiga. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê? **CiberLegenda Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 5, 2001. Disponível em: <<http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/view/314/195>>. Acesso em: 30 maio. 2016.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação?/A educação como uma situação gnosiológica. In: \_\_\_\_\_. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Cap. 3, p. 43-65.

HALL, Stuart. Significação, Representação, Ideologia: Althusser e os debates pós-estruturalista. In: \_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Parte 2, p. 160-198.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o modelo codificação/decodificação: uma entrevista com Stuart Hall. In: \_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Parte 4, p. 353-386.

\_\_\_\_\_. Codificação/Decodificação. In: \_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Parte 4, p. 387-404.

\_\_\_\_\_. Identidad e Representación. In: \_\_\_\_\_. **Sin garantías: trayectorias y problemáticas em estúdios culturales**. Perú/Colômbia/Ecuador, 2010.

\_\_\_\_\_. A identidade em questão. In: \_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Cap. 1, p. 07-22.

\_\_\_\_\_. Nascimento e morte do sujeito moderno. In: \_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Cap. 2, p. 23-46.

\_\_\_\_\_. Globalização. In: \_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Cap. 4, p. 67-76.

\_\_\_\_\_. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HENRIQUES, Márcio Simeone; PINHO NETO, Júlio A.S. **Comunicação e movimentos de mobilização social: estratégias de atuação das organizações do terceiro setor na área da comunicação**, 2001. Trabalho apresentado no XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Campo Grande, 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/149638061228392105244056327538046682914.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

\_\_\_\_\_. **Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social**, 2005. Trabalho apresentado no XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[http://www.unifra.br/professores/rosana/marcio\\_henriques.pdf](http://www.unifra.br/professores/rosana/marcio_henriques.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2015.

KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Org.). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Paradigmas teórico-metodológicos e pesquisa em comunicação. In: \_\_\_\_\_. **Pesquisa em Comunicação**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. Cap. II, p. 35-70.

\_\_\_\_\_. Modelo metodológico: as instâncias da pesquisa. In: \_\_\_\_\_. **Pesquisa em Comunicação**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. Cap. VI, p. 119-133.

\_\_\_\_\_. Modelo metodológico: as fases da pesquisa. In: \_\_\_\_\_. **Pesquisa em Comunicação**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. Cap. VII, p. 135-156.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Identidades Coletivas: negociando novos sentidos, politizando as diferenças. **Contracampo Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFF**, Rio de Janeiro, n. 05, 2000. Disponível em: <http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/453/376>. Acesso em: 08 nov. 2015.

MARANHÃO. **II Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo**. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania. 2011. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/coetraes/wp-content/uploads/2014/08/Plano-Estadual-MA.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2015.

MOCELLIM, Alan Delazeri. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. **Plural Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.17, n. 2, p. 105-125, 2011.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Disponível em: <[http://ftp.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/1370886616.pdf](http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1370886616.pdf)>. Acesso em: 31

maio. 2015.

MOURA, Flávia de Almeida; ROCHA, Larissa Leda Fonseca. **Memória e história:** entrevista como procedimento de pesquisa em comunicação. Porto Alegre: PUC Rio Grande do Sul, 2014. 16f. (Artigo apresentado ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Doutorado). Porto Alegre, 2014.

MOURA, Flávia de Almeida. Representações e sentidos acerca do trabalho escravo contemporâneo: um estudo sobre a campanha De olho aberto para não virar escravo e o lugar do sujeito (trabalhador escravo) na mídia. **Em Questão Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/26853/31055>>. Acesso em: 01 maio. 2015.

\_\_\_\_\_. **Representação do Trabalho Escravo:** uma proposta de estudo de recepção junto a trabalhadores rurais maranhenses. Porto Alegre: PUC Rio Grande do Sul, 2014. 129f. (Relatório de qualificação de doutorado pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2014.

\_\_\_\_\_. **Representações do trabalho escravo a partir da mídia:** olhares de trabalhadores rurais maranhenses. Porto Alegre: PUC Rio Grande do Sul, 2015. 245f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Relações públicas nos movimentos sociais e nas “comunidades”:** princípios, estratégias e atividades, 2008. Trabalho apresentado no II Congresso Brasileiro de Comunicação Organizacional (II Abrapcorp), Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <[http://www.abrapcorp.org.br/anais2008/gt5\\_krohling.pdf](http://www.abrapcorp.org.br/anais2008/gt5_krohling.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005.

QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila. Metodologia de análise de redes sociais. In: DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila (Org.). **O tempo das redes.** São Paulo: Perspectiva, 2008. Disponível em: <[http://www.academia.edu/257818/Metodologia\\_De\\_An%C3%A1lise\\_De\\_Redessociais](http://www.academia.edu/257818/Metodologia_De_An%C3%A1lise_De_Redessociais)>. Acesso em: 25 nov. 2015.

REPÓRTER Brasil. **Caderno Metodologia Escravo, nem Pensar!**. Disponível em: <[www.escravonempensar.org.br/.../uploads/2013/03/1.-metodologia.pdf](http://www.escravonempensar.org.br/.../uploads/2013/03/1.-metodologia.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Livro digital Escravo, nem Pensar!:** uma abordagem sobre trabalho escravo contemporâneo na escola e na comunidade. Disponível em:

<<http://escravonempensar.org.br/livro/>>. Acesso em: 01 maio. 2015.

SILVA, Antonio Paiva. **Análise das Estratégias de Comunicação da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT)**. 2014. 73f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

SILVA, Rosiane de Oliveira. **Rádio Comunitária como Espaço de Construção de Cidadania: um estudo sobre a rádio comunitária de Açailândia como rede de denúncia do trabalho escravo**. 2011. 115f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

SUZUKI, Natália (Org.). **Escravo nem, pensar! 10 anos: memória e registro**. São Paulo: Abril, 2014.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. UNICEF – Brasil, 1996. Disponível em: <[http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao\\_7104\\_em\\_23\\_05\\_2009\\_18\\_09\\_14.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao_7104_em_23_05_2009_18_09_14.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2015.

OIT. **Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI**. 2006. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/forced\\_labour/pub/trabalho\\_escrav\\_o\\_no\\_brasil\\_do\\_%20seculo\\_%20xxi\\_315.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/trabalho_escrav_o_no_brasil_do_%20seculo_%20xxi_315.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2015.

#### **Links consultados:**

<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/trabalho-escravo-atualmente.aspx>. Acesso em: 14 out. 2015.

<http://www.cptnacional.org.br/index.pbhp/quem-somos/-historico>. Acesso em: 16 out. 2015.

<http://reporterbrasil.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 16 out. 2015.

<http://www.sinprop.org.br/clipping/2003/290.htm>. Acesso em: 13 jan. 2016.

<http://reporterbrasil.org.br/2015/12/pais-sabe-que-escraviza-mas-nao-a-gravidade-do-problema-diz-pesquisa-ipsos/>

## APÊNDICES



APÊNDICE A – ENTREVISTA COM COORDENADORES DO ENP!

**Projeto monográfico – REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO:** Análise das formas de identificação de um grupo de educadores maranhenses junto à temática a partir da metodologia do programa *Escravo, nem Pensar!*.

**Orientadora:** Professora Doutora Flávia de Almeida Moura.

**Entrevista com coordenadores do ENP!**

**1. Identificação do Entrevistado**

1.1 Nome: **Natália Suzuki**

1.2 Há quanto tempo está no ENP! e quais funções já desempenhou no interior do mesmo?

Eu tô aqui desde 2011. Desde o início, sempre estive na coordenação do ENP!

2. Qual o público (s) do ENP! e como esse público se envolve com a temática do trabalho escravo? Por que a escolha desse público em potencial para atuação do ENP!?

O público alvo nosso são os profissionais da educação, principalmente. Então, professores, gestores, técnicos de educação, coordenadores pedagógicos, sempre da rede pública de ensino, seja estadual ou municipal. Esse, pra gente, é um público estratégico pra ações de multiplicação do tema do trabalho escravo, porque são eles que, no final das contas, acabam fazendo a ponte entre o nosso conteúdo com os alunos que estão na base do sistema de ensino e que são esses alunos, por sua vez, que vão levar os temas dos quais a gente trata para as comunidades que a gente considera mais vulneráveis ao aliciamento e ao uso de mão de obra escrava. A gente, enfim, escolheu esse público porque eles estão institucionalizados, justamente

## Pesquisa de Campo para TCC

num sistema que é fixo, que é o sistema de ensino. Então, uma vez institucionalizados, esse público é menos volátil do que um outro que não esteja institucionalizado. Por exemplo: tem muita gente que acha que nós fazemos formações para trabalhador que foram libertados, mas a gente não lida com a formação pra esse público porque, como eu disse, esse público é volátil: um dia ele tá, um dia ele não tá, porque um dia ele tá migrando, outro dia ele tá buscando trabalho numa empreitada outra, enfim, a gente não consegue ter permanência com ele, com esse tipo de público. Como o Escravo, nem Pensar adota uma metodologia de formação, que entende a formação não como um rito pontual, mas como um processo formativo, um processo de médio a longo prazo, o público tem que ser um público permanente e, que esteja razoavelmente fixo, pra que a gente possa trabalhar com ele ao longo dos meses... ao longo de 12, 16 ou 24 meses, ou até mais. Se esse público não tá fixado de alguma forma, a gente não consegue ter uma relação perene com ele. Então, o público dos professores, dos profissionais da educação da rede pública, eles têm essa fixidez, então, é mais fácil garantir que o processo formativo com eles será completado. É mais fácil de acompanhar também... e como o sistema de ensino, de alguma forma, é previsível, a gente conhece ele, a gente conhece os procedimentos... os rituais do sistema... é claro que tem uma diferença entre os lugares, mas à grosso modo, ele tem uma estrutura que é comum em todo o país e, a partir disso, a gente consegue prever e planejar as ações em cima desse sistema de ensino. Se você não tem nada institucionalizado é muito mais difícil, porque você tem que também gastar uma energia, tem que fazer um investimento de pensar um desenvolvimento de procedimentos que, numa instituição política já existe.

### 2.1 Como esse público tem se envolvido com a temática do trabalho escravo?

A partir do momento que a gente inicia o processo formativo, a gente tem todo um cuidado de sensibilizá-lo (o público) em relação ao tema, sempre fazendo uma conexão com a realidade local dele, com conhecimentos prévios também... dificilmente, a gente chega falando de trabalho escravo, porque... primeiro que alguns lugares têm uma certa resistência em relação a esse termo; em outros, a pessoas não acreditam que exista (trabalho escravo), elas acabam naturalizando situações de

## Pesquisa de Campo para TCC

exploração, como se já fossem dadas já do contexto, então, elas acreditam que o que tá lá não é algo incomum, ou algo que seja exógeno, mas algo que sempre fez parte da realidade local e aí, a gente tenta, a partir de processos didáticos, desconstruir um pouco esse entendimento de forma de exploração e não somente trabalho escravo, pra que a própria pessoa, pra que o próprio público que a gente forma chegue à conclusão de que sim, o trabalho escravo está presente na realidade local deles, e que trabalho escravo é uma violação de direitos humanos, e que trabalho escravo é algo que é inaceitável e que, portanto, eles enquanto educadores têm um papel a cumprir no combate desse problema. A partir do momento que eles passam por esse processo de sensibilização, quase que na totalidade das vezes, eles acabam se mobilizando dentro das possibilidades do cotidiano de trabalho deles contra o trabalho escravo... é como eles se mobilizam, né? ...a partir da abordagem desse tema na sala de aula com seus alunos, porque eles entendem que, como educadores, eles têm que levar isso pra o público deles, que são as crianças, os jovens, e eles entendem também que esse tema tem que entrar em debate, não só no universo escolar, mas também na comunidade em que a escola, em que eles estão inseridos, então por isso, não raro, a finalização dos projetos nas escolas acaba com uma culminância ou com projetos que acabam envolvendo... ou com outros tipos de ações que acabam envolvendo a comunidade pra além daquela que é escolar... então, envolve pais, mães, parentes, vizinhos dos alunos das escolas, né?... e, dentre essas pessoas, obviamente, está o nosso trabalhador vulnerável; então, na realidade, a escola, pra gente, é um elo pra gente acessar o trabalhador que, realmente, é aquele que precisa de informação a respeito do trabalho escravo ou dos riscos do aliciamento e de outras informações que podem protegê-lo quando ele for pra uma frente de trabalho distante do seu município.

**Sobre a formação com os educadores das URE's do Maranhão que teve seu primeiro encontro em setembro do ano passado:**

## Pesquisa de Campo para TCC

### 3. Qual o perfil desse público e por que a escolha do mesmo?

O público, na verdade, eles são os gestores das unidades regionais de educação, das unidades regionais ou as URE's, como elas são chamadas, elas funcionam como espécie de filiais da secretaria de educação do estado, dentro do Maranhão como um todo; então, elas têm a responsabilidade de gerenciar as escolas dentro de determinado âmbito regional, então, por exemplo, a URE de Codó atende Timbiras, Peritoró, enfim, atende outros municípios adjacentes a sua localidade. A ideia de fazer a formação com esses gestores e com os técnicos de formação dessas URE's é que eles pudessem levar o tema para as suas regiões, pois o estado do Maranhão é muito grande. Se a gente fosse fazer a formação em cada município que a gente considera vulnerável, a gente não ia acabar nunca, a gente só ia trabalhar no Maranhão e não ia trabalhar em mais nenhum lugar. Então, a ideia é de fazer uma formação única, tendo São Luís como polo, era fazer com que esse público das URE's, esses gestores, esses técnicos de formação das URE's se tornassem eles próprios agentes multiplicadores dentro das suas regiões; então, a ideia é que eles se formassem com a nossa metodologia e conteúdo e que eles disseminassem tanto metodologia como conteúdo nas escolas que eles gerenciam, não só nas escolas onde a URE está sediada, mas nas escolas de outros municípios que são responsabilidades dessas URE's. Então, a ideia era potencializar num tempo bastante curto, de 16 a 24 meses, uma ação de multiplicação nas áreas mais vulneráveis do Maranhão. Com essa seleção de 8 URE's, a gente conseguiu a maior parte do território em que os casos de trabalho escravo foram encontrados no Maranhão, então, não foi à toa que a gente escolheu essas 8; foi, exatamente, pra tentar cobrir os lugares que a gente considera mais vulnerável no estado.

#### 3.1 No caso, também, foi a primeira formação a nível estadual, não foi?

Sim, a nível estadual foi a primeira... a primeira também, no sentido de que o governo estadual se comprometeu com essa ação por meio da secretaria de educação do estado, então, nesse sentido sim, ela é primeira, mas ela não é primeira considerando esse público, porque a gente já havia feito uma formação regional no sul e no sudeste do Pará, que tinha como público principal gestores também de



## Pesquisa de Campo para TCC

secretarias, só que lá municipais. Então, no sul e sudeste do Pará, que a gente concentrou lá na região de Marabá, a gente também incluiu na formação os gestores de secretarias de regiões que a gente considerava vulneráveis também, inclusive, essa formação que aconteceu no Pará, entre 2014 e 2015, ela serviu como projeto piloto pra gente conseguir desenvolver, de fato, a metodologia que foi, então, usada no Maranhão.

3.2 No caso, também, quando vocês trabalham com o ensino público do estado, pensando aqui mais pelo viés da multiplicação do tema junto aos alunos, vocês terão aí um público de faixa etária, mais ou menos, específica, que seria um grupo de jovens que estão na adolescência ou saindo dela. Isso também foi um fator levado em consideração quando da escolha pela realização da formação junto à rede de ensino do estado?

Sim, a gente pensou nisso também, porque tradicionalmente o Escravo, nem Pensar acha mais conveniente trabalhar com público escolar mais velho, pela compreensão que ele teria a respeito do tema do trabalho escravo, que é um tema que não é simples. E também esse público é o público que, no ensino médio, já acaba evadindo da escola para ir para as frentes de trabalho em outras regiões, como o sudeste pra o corte da cana em São Paulo, pra construção civil, também na mesma região; pra o café em Minas, enfim, é o público que já tá aí na... logo na frente pra ser ... pra vir a ser trabalhador. Então é... tem aí a intenção de privilegiar esse público também. E, em muitos casos, tem também a educação de jovens e adultos, o EJA, que é um público que é importante também nesse sentido. Por outro lado, assim, a gente não tem feito exclusão de outras modalidades, de outras faixas de ensino, como o ensino fundamental 1 e 2 e mesmo o ensino infantil, porque das últimas experiências que a gente desenvolveu com os professores dessas faixas etárias, a gente viu que é muito possível desenvolver trabalhos de prevenção ao trabalho escravo nas escolas com essas crianças, com esses jovens mais novos, dentro da didática apropriada pra eles, de um universo mais lúdico, dentro das habilidades deles e... é sempre possível trabalhar o tema do trabalho escravo, na verdade, em qualquer idade, até com crianças bem novas assim... Então, isso (faixa etária) não tem sido um fator de

## Pesquisa de Campo para TCC

exclusão ou de seletividade na hora escolher com quem ou não trabalhar; o que foi determinante pra gente escolher trabalhar com o estado, com o governo de estado, foi a possibilidade de ganhar escala na difusão do tema e das ações de prevenção nas escolas num tempo mais curto. Então, foi por isso que a gente achou que era conveniente nesse momento, trabalhar com o estado.

4. Como funciona ou tem funcionado a plataforma Ypê? A interação tem ocorrido de maneira satisfatória? Como tem sido o acompanhamento, por intermédio dessa mesma plataforma, dos planos a serem desenvolvidos pelos educadores?

A ideia não é que a plataforma substitua as ações presenciais nossas. Na verdade, ela é um suporte pra ação de monitoramento do Escravo, nem Pensar em relação ao trabalho das URES e, principalmente, o trabalho das escolas. Como a gente tem encontros periódicos e espaçados entre eles, normalmente em torno de quatro a cinco meses entre os encontros presenciais, a gente achou importante ter um instrumento que a gente conseguisse manter, minimamente, um lastro de comunicação com esse público, que é agente multiplicador do Escravo, nem pensar nas escolas. Então, a ideia é que a plataforma acabe sendo um repositório de informações e dados a respeito de como o projeto tá sendo desenvolvido na base, ou seja, nas escolas. Quem tem acesso a essa plataforma? Foi o público que fez a formação com a gente. Então, basicamente, cada URE tem acesso a um perfil da plataforma, e lá eles acabam colocando as considerações deles a respeito de como as atividades estão sendo desenvolvidas, a partir de formulários pré-estabelecidos que a gente insere lá. Então, assim, das atividades que a gente propôs pra eles e, concomitantemente, com o preenchimento destes formulários, eles têm atendido super bem, a plataforma tem sido muito útil pra gente, porque ajuda a sistematizar as informações, e, principalmente, tem sido importante pra eles também, porque tem sido uma forma, um canal orientativo pra eles sistematizarem e organizarem as informações que eles vão coletando das ações deles na própria URE e nas escolas que eles gerenciam.



## Pesquisa de Campo para TCC

4.1 E não tem nenhum material referente a esses planos, ações que eles têm que anexar na plataforma?

Sim, tem. A gente pede pra eles colocarem as fotos das formações, das outras atividades que eles fazem. A gente ainda não chegou nesta parte, mas tem um momento lá em que eles vão ter que narrar as melhores atividades de projetos que foram desenvolvidas nas escolas...então, sim, tem um espaço para eles anexarem, por assim dizer, materiais do que eles estão testemunhando e do que eles estão desenvolvendo. Então, tem também essa dimensão, mas não é, de fato, a única e nem a principal.

5. Dos materiais didáticos utilizados, qual (s) acredita ser aquele (s) com o qual o público das formações mais se identifica? O material que melhor eles conseguem aproveitar? E por quê?

É difícil, realmente, dizer a respeito de um único material, porque a nossa metodologia tenta contemplar um todo, com a composição de vários instrumentos. Mas se eu tivesse que escolher um, ou alguns, eu poderia dizer assim: que não é um material específico, mas uma dinâmica, que é a dinâmica do ciclo do trabalho escravo. O ciclo do trabalho escravo é algo que os formadores e os agentes multiplicadores utilizam muito pra repassar o conteúdo do trabalho escravo pro seu público, seja ele outros professores ou alunos. Porque ela é uma dinâmica muito simples, ela é muito visual, e ela é muito resumidora de todo o conteúdo a respeito do tema do trabalho escravo. O ciclo do trabalho escravo, com as tarjetas, consegue contar a partir de uma narrativa muito simples, como é que se dá o processo de submissão do trabalhador a condições degradantes. Então, ela consegue colocar o foco não somente no momento que o trabalhador é submetido ao trabalho escravo, mas ela dá atenção a esse problema de forma mais processual. Porque que ele chegou até lá...Como que ele chegou até lá...como que ele sai dessa situação...como, possivelmente, ele retorna e como não retorna a essa condição de vítima...Então, o ciclo do trabalho escravo consegue de uma forma bastante simples, trazer essa complexidade narrativa do fenômeno do trabalho escravo. Então, a gente nota nos relatos das formações, nas fotos que a gente vê, que esta é uma dinâmica que recorrentemente é replicada

## Pesquisa de Campo para TCC

quando a gente não está lá, com o público alvo dos agentes multiplicadores. Por outro lado, um outro material que a gente considera muito importante, e com certeza, não teria como esses professores, esses gestores trabalharem a replicação da formação se não houvesse o que a gente chama de livrão, que é aquele livro preto impresso, cujo nome completo é Escavo, nem Pensar!: uma abordagem sobre trabalho escravo contemporâneo na sala de aula e na comunidade; esse livro preto é como se fosse o nosso livro didático principal, ele tem tudo sobre trabalho escravo e os outros temas correlatos; esse livro foi lançado em 2012, mas em 2013, a gente lançou a versão dele digital, que não é um pdf, é realmente uma versão digital, toda interativa, e que ela é, em termo de conteúdo, toda atualizada em relação a essa de 2012. Então, assim, eu acho que a dinâmica do ciclo somada ao subsídio que esse livrão, tanto a digital como a versão impressa, dá para aquele que vai replicar nossa formação, acho que são duas coisas que são mais fundamentais. Os outros materiais são importantes, mas eles talvez cumprem aí uma função de complementariedade, de aprofundamento de alguns temas mais específicos.

6. O que justifica a metodologia do ENP!? Por que utilizar os materiais tais como o ciclo, a criação de um personagem que caracteriza o trabalhador escravo, entre outros?

A ideia é que essa metodologia sempre privilegie um pouco o conhecimento prévio do público alvo das nossas formações, privilegie também a realidade local deles, pra que eles consigam fazer a partir disso, dessas experiências mais pessoais, a conexão com o tema do trabalho escravo. Então, pra que esse tema não seja uma ideia meramente exógena, que ela seja uma ideia abstrata, mas que ela tenha fundamento na experiência concreta desses atores. Então, a metodologia é muito fundada nessa concepção, nesse princípio.

6.1 Muito dialógica, né?

Sim, ela é dialógica, mas eu tenho medo de falar isso porque, depois, atribuem à gente uma metodologia freiriana e... a gente não, assim... enfim, é lógico que a teoria freiriana explicaria muito o que a gente faz, mas assim: a gente não fica

## Pesquisa de Campo para TCC

se inspirando nas teorias e nos conceitos de Paulo Freire pra construir a metodologia e isso é algo que a gente acha importante dizer, porque se não parece que a gente fica aí reproduzindo o que Paulo Freire coloca e não é verdade. O que a gente tem desenvolvido de metodologia é pensando muito mais a partir das percepções que a gente vem acumulando nesses 10 anos de experiência em campo. Então, quando eu falo que é dialógica, tem a ver com o conhecimento prévio do educando, tem toda essa questão da troca... e sim, encontra muitas coincidências na teoria freiriana, mas eu tenho muito cuidado pra enfatizar esses pontos porque é isso: frequentemente, eu vejo falando que o Escravo, nem Pensar adota uma pedagogia freiriana e eu diria que isso não é, exatamente, uma verdade, sabe? De fato, dá pra encontrar coincidências do que a gente faz com a teoria dele (de Paulo Freire), mas o que, de fato, a gente não faz é usá-lo pra guiar as ações que a gente vai fazer; a gente nunca pegou um livro do Paulo Freire pra falar, bom: a ideia da questão da opressão... tipo... realmente, tem que utilizar o conhecimento prévio porque assim Paulo Freire diz que funciona... tipo... a gente nunca fez isso. É isso que eu tô dizendo: as coisas que a gente acabou desenvolvendo foi muito da prática, da sensibilidade, da gente entender o contexto, ver o que funcionou, o que não funcionou, nem sempre o que a gente propõe dá certo, muita coisa dá errado, e aí a gente tenta repensar e reinventar numa próxima oportunidade. Então, é muito da experiência... e eu enfatizo muito isso: que a gente não fica se guiando pelo que Paulo Freire dizia... e, é claro, a teoria pode até ajudar a pensar algumas coisas em relação à experiência do Escravo, nem Pensar, mas é isso... tipo... eu tento colocar isso como contraposição, porque eu vejo vários trabalhos acadêmicos que falam que a gente faz, que a nossa ação é baseada na pedagogia de Paulo Freire e não é, entende? Por isso, eu tô tentando marcar um pouco isso.

7. Qual a mensagem que o ENP! pretende passar na abordagem do trabalho escravo? (A pretensão é informar apenas? É sensibilizar? É tirar as vendas da naturalização?)

Acho que é de tudo isso um pouco. A ideia, é claro, é que a informação chegue no trabalhador, mas pra isso também não dá pra colocar o megafone e ficar bradando o que que é trabalho escravo numa comunidade que a gente considera vulnerável, tem que fazer todo um trabalho preventivo anterior e a atividade meio do



---

## Pesquisa de Campo para TCC

Escravo, nem Pensar é o processo formativo pra sensibilização e mobilização dos gestores, dos professores, dos profissionais da educação em geral, para que eles sejam os agentes multiplicadores nessas comunidades vulneráveis. Então, sim, a ideia do Escravo, nem Pensar é informar para prevenir os indivíduos vulneráveis ao aliciamento e à exploração, mas pra isso a gente realiza um trabalho de sensibilização e mobilização pra difusão, pra multiplicação dessas informações em comunidades que a gente considera que precisam disso.



## Pesquisa de Campo para TCC

### APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

**Projeto monográfico – REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO:** Análise das formas de identificação de um grupo de educadores maranhenses junto à temática a partir da metodologia do programa *Escravo, nem Pensar!*.

**Orientadora:** Professora Doutora Flávia de Almeida Moura.

### Questionário

#### 1. Perfil do Entrevistado

1.1 Nome:

1.2 Sexo: Feminino ( ) Masculino ( )

1.3 Idade:

1.4 Formação (se tem magistério, curso superior, etc):

1.5 Local de trabalho:

1.6 Endereço:

1.7 Telefone:

1.8 E-mail:

2. Você já conhecia o tema do trabalho escravo contemporâneo antes da formação do *Escravo, nem Pensar* (ENP)?

( ) Sim ( ) Não

2.1 Se sim, por intermédio de qual (s) canal (s)?

( ) Mídia (jornais, TV, rádio, revistas, internet) ( ) Livros ou demais publicações (cartilhas, panfletos) ( ) Alguém que falou do tema ( ) Outros:

---

---

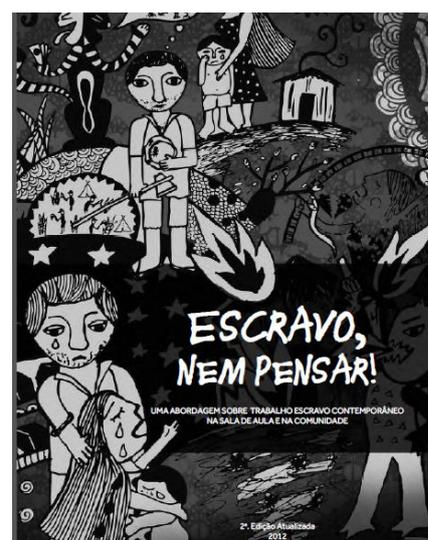
## Pesquisa de Campo para TCC

3. Dos recursos utilizados na facilitação da abordagem do tema do Trabalho Escravo pela equipe do ENP, qual ou quais deles você acredita que pode (m) ser melhor aproveitado (s) na multiplicação desse conteúdo, seja para outros professores ou para os alunos?

( ) Dinâmica do Ciclo do Trabalho Escravo;

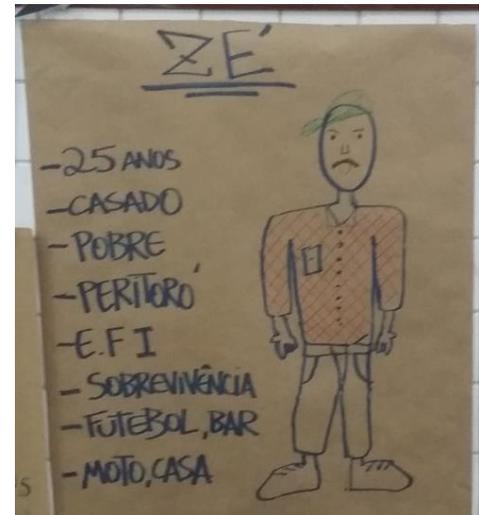


( ) Livro Escravo, nem Pensar, livro grande, de capa preta, que foi utilizado durante toda a formação;



**Pesquisa de Campo para TCC**

( ) Montagem de um personagem com o perfil do trabalhador escravo, o “Zé”;



( ) Vídeos reproduzidos;

( ) Dinâmica da entrevista de um migrante

( ) Outros: \_\_\_\_\_

3.1 Por quê? (Por que você acredita que sejam esses os materiais a serem aproveitados?)

---

---

---

---

3.2 Após a formação do ENPI, já teve a oportunidade de realizar você mesmo (a) uma formação sobre o tema do trabalho escravo?

( ) Sim      ( ) Não

3.3 Se sim, conte-nos qual (s) dos materiais acima (Dinâmica do Ciclo do Trabalho Escravo – Livro Escravo, nem Pensar!, livro grande, de capa preta, que foi utilizado em toda a formação – Montagem de um personagem com o perfil do trabalhador escravo, “o Zé” — Vídeos reproduzidos – Dinâmica da entrevista de um migrante) você utilizou e como foi a interação dos participantes com o (s) mesmo (s)?



---

**Pesquisa de Campo para TCC**

---

---

---

---

---

4. Antes da formação do ENP!, você percebia (era capaz de identificar) situações de trabalho escravo?

( ) Sim      ( ) Não

4.1 A formação lhe forneceu subsídios (suportes) para conhecimento e reconhecimento da problemática do trabalho escravo contemporâneo?

( ) Sim      ( ) Não

4.1.1 Se sim, de quais formas?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## APÊNDICE C – TABULAÇÃO/INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

### Sexo dos entrevistados

Feminino	12
Masculino	03

### Formação dos entrevistados

Graduação	06
Especialização	06
Mestrado	02
Doutorado	01

**Você já conhecia o tema do trabalho escravo contemporâneo antes da formação do Escravo, nem Pensar (ENP)?**

Sim	11
Não	04

**Se sim, por intermédio de qual (s) canal (s)?**

Mídia	09
Livros	03
Alguém que falou	03
Outros	02

**Dos recursos utilizados na facilitação da abordagem do tema do Trabalho Escravo pela equipe do ENP, qual ou quais deles você acredita que pode (m) ser melhor aproveitado (s) na multiplicação desse conteúdo, seja para outros professores ou para os alunos?**

Livro ENP!	15
Dinâmica do ciclo do trabalho escravo	14
Vídeos reproduzidos	13
Montagem de um personagem com o perfil do trabalhador escravo, o “Zé”	08
Dinâmica da entrevista de um migrante	06
Outros	05

**Após a formação do ENP!, já teve a oportunidade de realizar você mesmo (a) uma formação sobre o tema do trabalho escravo?**

Sim	14
Não	01

**Se sim, conte-nos qual (s) dos materiais acima (Dinâmica do Ciclo do Trabalho Escravo – Livro Escravo, nem Pensar! – Montagem de um personagem com o perfil do trabalhador escravo, “o Zé” — Vídeos reproduzidos – Dinâmica da entrevista de um migrante) você utilizou.**

Vídeos reproduzidos	14
Livro ENP!	12
Montagem de um personagem com o perfil do trabalhador escravo, o “Zé”	11
Dinâmica do ciclo do trabalho escravo	10
Dinâmica da entrevista de um migrante	09
Outros	06

**Antes da formação do ENP!, você percebia (era capaz de identificar) situações de trabalho escravo?**

Não	09
Sim	06

**A formação lhe forneceu subsídios (suportes) para conhecimento e reconhecimento da problemática do trabalho escravo contemporâneo?**

Sim	15
Não	00